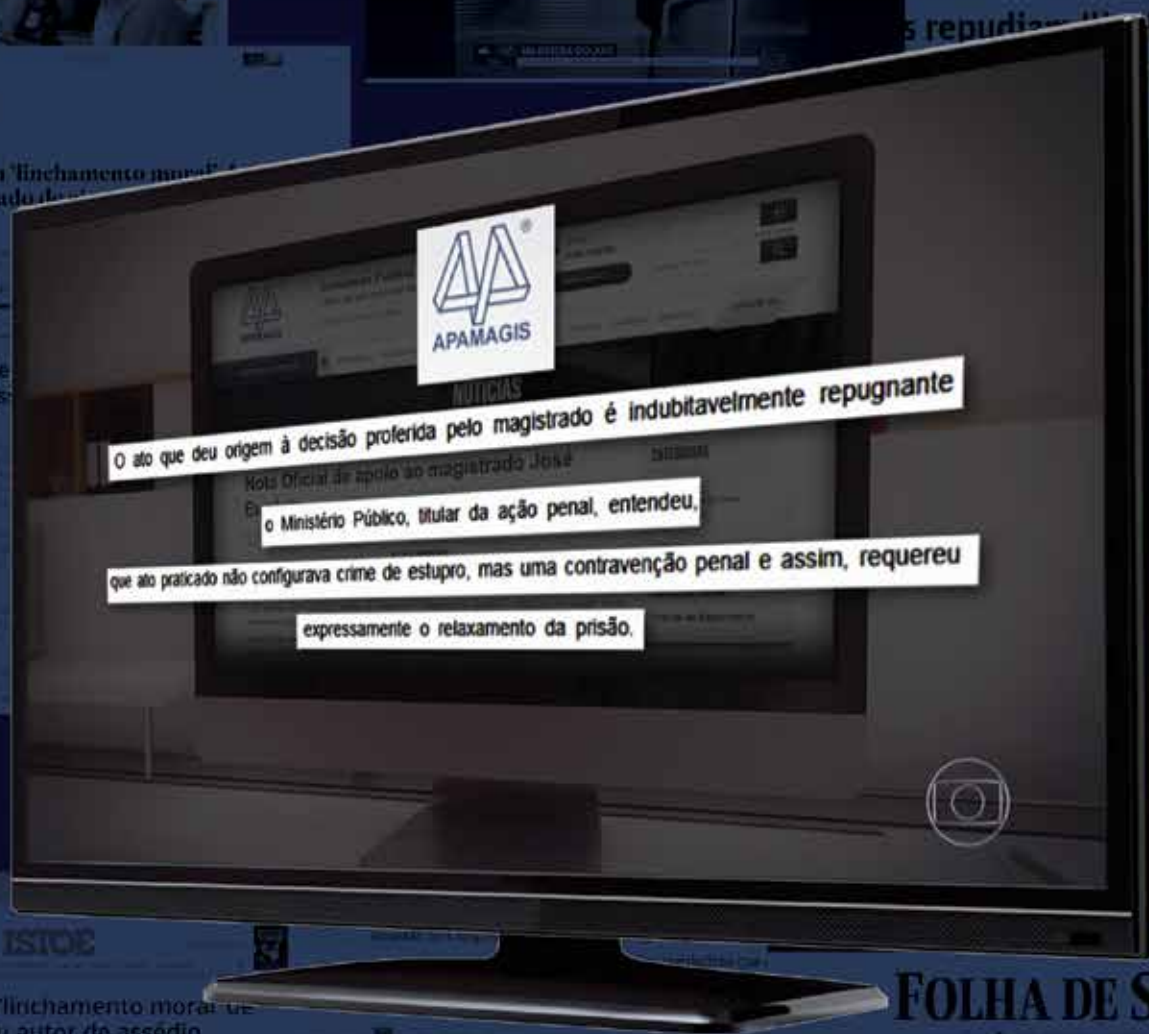




Tribuna da *Magistratura*

Informativo da Associação Paulista de Magistrados
Ano XXIII - Número 250 - Setembro de 2017



O ato que deu origem à decisão proferida pelo magistrado é indubitavelmente repugnante

Nota Oficial de apoio ao magistrado José

o Ministério Público, titular da ação penal, entendeu,

que ato praticado não configurava crime de estupro, mas uma contravenção penal e assim, requereu

expressamente o relaxamento da prisão.

Em defesa da *Magistratura*

JORREIO DO ESTADO

ntidades defendem juiz que soltou

250 edições do Tribuna da Magistratura

Os últimos meses se revelaram extremamente complexos para a Magistratura, com reiteradas agressões, seja de âmbito individual ou em sentido mais amplo.

Causa perplexidade que a atuação jurisdicional, pedra angular de um julgamento justo, esteja sendo colocada à prova por setores que conhecem – ou deveriam conhecer – a importância tanto da Magistratura quanto do magistrado para a sociedade brasileira.

Nos dois últimos meses, fomos compelidos a reagir a reportagens que deturpavam a forma de remuneração dos juízes paulistas; assistimos reiteradas ofensas de um ministro do STF aos juízes e desembargadores; e convivemos com as críticas aos julgamentos proferidos por juízes, que deixaram a natural e desejável liberdade de expressão e se traduziram na prática de admoestar a própria atividade jurisdicional.

Nesses casos, não é dado o direito de quedarmo-nos inertes diante das iniquidades e, por isso, reagimos prontamente diante de cada um dos lamentáveis fatos. Um jornal de grande circulação nacional e com grande credibilidade patrocinou um grande desserviço à população quando, sem os cuidados necessários para uma matéria jornalística, criou uma espécie de ranking de remuneração, publicando de maneira indevida nomes, valores e dados de magistrados. Colegas com peculiaridades que variaram de férias, adiantamento de 13º salário e indenizações absolutamente legais foram expostos injustamente. Alguns dos casos tratados de maneira vulgar eram humanitários e os recursos foram utilizados para a tentativa de salvar vidas diante de graves enfermidades. Nesse sentido, a APAMAGIS e a AMB divulgaram nota de repúdio, que foi publicada e divulgada no mesmo veículo de comunicação.

Há, infelizmente, casos de pessoas que tecem comentários absolutamente infelizes, ofensivos e inadequados, para dizer o menos. Pior, esses ataques partem de ministros da Suprema Corte e, quando cruzaram a fronteira da ética e da urbanidade, precisaram ser repelidos pela APAMAGIS que tem a obrigação de defender a Magistratura.

Deparamo-nos, também, com agressões e matérias jornalísticas deturpadas diante de decisão judicial amparada na legislação e na doutrina. Óbvio que é natural – e até desejável – que existam críticas e opiniões divergentes, afinal não estamos imunes a equívocos. Isso, entretanto, difere frontalmente do que ocorreu diante de decisão proferida em audiência de custódia, que acolheu pedido da Polícia e do Ministério Público e colocou em liberdade pessoa acusada de contravenção penal de natureza sexual. O que se assistiu após a decisão judicial foi um espetáculo dantesco, protagonizado por pessoas de grande projeção na mídia, mas sem nenhum compromisso com a verdade. O assunto dominou o noticiário e o magistrado passou a ser vítima de um verdadeiro linchamento moral, com ofensas e ameaças a sua integridade física e moral. Evidentemente que a APAMAGIS reagiria a uma situação de tal natureza e determinamos que fosse prestada toda assistência necessária ao nosso associado nos campos jurídico e de comunicação. A atuação firme trouxe resultados que de certa maneira minimizaram o impacto das ofensas e propiciaram que o Magistrado pudesse se concentrar na costumeira atuação jurisdicional esmerada.

Um pouco desse trabalho é retratado na edição 250 do jornal Tribuna da Magistratura, veículo que desde a sua primeira edição se dedica à missão de aglutinar ideais e divulgar o trabalho incansável dos juízes de São Paulo.



Oscild de Lima Junior

presidente da APAMAGIS

Boa leitura!

Publicação da Associação
Paulista de Magistrados
Ano XXIII, nº 250
Tiragem: 3.500 exemplares

Endereço e contatos
Rua Tabatinguera, 140, sobreloja
CEP 01020-901 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 3292 2200

Fax: (11) 3292 2209

E-mail: apamagis@apamagis.com.br

Presidência: presidencia@apamagis.com.br

Secretaria: secretaria@apamagis.com.br

Imprensa: imprensa@apamagis.com.br

Convênios: convenios@apamagis.com.br

Informática: info@apamagis.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Oscild de Lima Junior

Vice-Presidente

Vanessa Ribeiro Mateus

Diretor do Departamento de Secretária

Ademir Modesto de Souza

Diretor Adjunto de Secretária

Thiago Elias Massad

Diretor do Departamento Financeiro

Ricardo Felício Scaff

Diretor Adjunto

Homero Maion

CONSELHO EDITORIAL

Aloísio de Toledo César

Carolina Nabarro Munhoz Rossi

Christopher Alexander Roisin

Durval Augusto Rezende Filho

Thiago Elias Massad

COMUNICAÇÃO E IMPRENSA

Diretora de Comunicação e Imprensa

Carolina Nabarro Munhoz Rossi

Diretor Adjunto de Comunicação

Claudio Campos da Silva

Jornalista Responsável

Gizele Rochel Wanderoski, MTB 49.447

Coordenação Geral

Luciano Ayres

Redação

Gizele Rochel Wanderoski

André Naveiro Russo

Fotos

Ayres PP e APAMAGIS

www.apamagis.com.br

[/apamagisoficial](https://www.facebook.com/apamagisoficial)

[@apamagis](https://twitter.com/apamagis)

[@apamagisoficial](https://www.instagram.com/apamagisoficial)

ÍNDICE

4

Giro pela APAMAGIS



12

Agenda positiva

10

Voz da Magistratura



14

Retratos da história

18



Defesa da Magistratura

22



Atuação em Brasília

24



Herman Benjamin

26



Órgão Especial conta com novos integrantes

27



Um olhar social para a Lei Maria da Penha

29



Adeus à Ada Grinover

31



APAMAGIS no Alasca

JANTAR DE

CONFRATERNIZAÇÃO

02.12.17

ESPAÇODASAMÉRICAS



APAMAGIS promove segunda palestra sobre Combate à Corrupção

Dando continuidade ao ciclo de palestras promovido pela APAMAGIS em parceria com a Libra (Liga das Mulheres Eleitoras do Brasil), aconteceu no dia 14 de setembro um debate sobre o tema "O Combate à Corrupção no Brasil e suas Perspectivas".

Cerca de 80 pessoas participaram do evento que foi realizado na sede administrativa da Associação e contou com a palestra da procuradora Thaméa Danelon, integrante da força-tarefa da Lava Jato/SP e coordenadora do Núcleo de Combate à Corrupção em São Paulo (MPF/SP).

Participaram da mesa o presidente da APAMAGIS, Oscild de Lima Junior, o desembargador Alexandre Alves Lazzarini, o procurador-chefe da República em São Paulo, Thiago Lacerda Nobre e a presidente estadual da Libra, Marly Lamarca. Além deles,



prestigiaram a palestra a vice-presidente da APAMAGIS, Vanessa Ribeiro Mateus, o diretor financeiro, Ricardo Scaff, a diretora adjunta de assuntos legislativos, Flavia Poyares, a assessora da presidência, Viviane Nobrega Maldonado, o diretor e a coordenadora do Departamento de Pensionistas, Alfredo Migliore e Guiomar M. S. Oricchio, as coordenadoras do Departamento Feminino, Carolina Gordo e Maria Viveta Valente, entre outros associados, operadores do Direito e representantes da sociedade.

Encontro de pensionistas

O presidente Oscild de Lima Junior destacou a importância das pensionistas durante evento realizado no dia 4 de setembro na sede administrativa. De acordo com ele, desde o início da gestão, com o ex-presidente Jayme de Oliveira, é prioridade dar mais destaque às pensionistas. "Essa intenção veio com a alteração do estatuto da APAMAGIS que garantiu o direito de voto às pensionistas, que sempre pagaram igualmente e não era justo que não tivessem voz", disse ao se dirigir ao público presente. "A Associação não pode permitir que os colegas que nós perdemos e que foram de grande valia para o Poder Judiciário caiam no esquecimento, menos ainda suas famílias", acrescentou o presidente Oscild ao estimular mais encontros. Durante a reunião, advogados da APAMAGIS forneceram informações atualizadas sobre ações na Justiça de interesse das pensionistas. Também participaram do encontro o diretor do Departamento de Pensionistas, Alfredo Migliore, as coordenadoras Dimiuri S. L. Andrade Leone, Lucélia Eulália F. Moura Alcântara, Maria Celi- na Tezolin da Silva e Guiomar Milan Sartori Oricchio, e o diretor do Departamento de Aposentados, Sebastião Luiz Amorim.



O papel do Judiciário nos pedidos de recuperação judicial

A crise econômica que assola o país afetou, sobretudo, o setor empresarial. Prova disso é o aumento de 200% do número de recuperações judiciais e falências ocorridas entre 2015 e 2017. A informação foi revelada pelo juiz Daniel Carnio Costa, durante palestra sobre Recuperação Judicial e Segurança Jurídica realizada pelo CEDES (Centro de Estudos de Direito Econômico e Social), no dia 11 de setembro.

O evento contou também com a presença da vice-presidente da APAMAGIS, Vanessa Ribeiro Mateus, que fez a abertura e encerramento do encontro, do juiz Paulo Furtado de Oliveira Filho e do advogado Geraldo Fonseca de Barros Neto. Na oportunidade, os juizes fizeram uma reflexão sobre a atuação do Poder Judiciário e os aprimoramentos necessários do tema. A vice-presidente Vanessa Mateus falou sobre o objetivo da parceria bem como sobre a importância do evento. "A APAMAGIS celebrou convênio com o CEDES para ampliar a interlocução com os operadores do Direito. O diálogo nos fortalece, bem como às instituições, principalmente, quando gira em torno de temas tão relevantes", disse.

Instalação de novas varas do Juizado Especial da Fazenda Pública

No dia 11 de setembro, o presidente do Tribunal de Justiça (TJ/SP), Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, promoveu a instalação da 3ª e da 4ª Varas do Juizado Especial da Fazenda Pública do Estado de São Paulo. O presidente da APAMAGIS, Oscild de Lima Junior, também participou da solenidade, que contou com a presença de diversos magistrados e servidores do Judiciário.



Dia dos Pais na APAMAGIS

Descontração, amor e alegria. Esses sentimentos marcaram o tradicional almoço em comemoração ao Dia dos Pais na sede social da APAMAGIS, no dia 13 de agosto, com a participação de dezenas de associados. O evento, que começou às 12h30, só terminou por volta das 16h.

Para descontrair o ambiente, a dupla de cantores Oscar e Mari tocou clássicos nacionais e internacionais das décadas de 60,70 e 80. Aqueles que estiveram presentes no evento puderam ainda desfrutar de um cardápio inteiramente elaborado para agradar aos pais.



APAMAGIS visita sede da PM

Em 31 de julho, o presidente Oscild de Lima Junior foi recebido pelo comandante da Polícia Militar, Coronel Nivaldo César Restivo, no QG da PM. Na ocasião, foram debatidos temas de interesse comum da magistratura e da Polícia Militar paulista. Também participou do encontro o Coronel Antonio Augusto Neves, diretor adjunto do Departamento de Segurança.



Passagem de comando na Polícia Montada 9 de Julho

No dia 10 de agosto, o presidente Oscild de Lima Junior prestigiou a cerimônia de passagem de comando do Regimento da Polícia Montada 9 de Julho, posto anteriormente ocupado pelo Ten. Cel. PM Marcelo Vieira Salles para o Ten. Cel. PM Ronaldo Miguel Vieira. O juiz Militar Coronel Antonio Augusto Neves, diretor adjunto do Departamento de Segurança da Associação, também participou, além de autoridades do Executivo e do Legislativo.



Encerramento das atividades do IV COMAR

O presidente da APAMAGIS, Oscild de Lima Junior, participou, no dia 14 de agosto, da cerimônia de encerramento das atividades do Quarto Comando Aéreo Regional. A desativação da instituição faz parte do projeto de reestruturação administrativa em curso no Comando da Aeronáutica. O IV Comar foi substituído pelo Comando Geral de Apoio, que será comandado pelo Tenente Brigadeiro do Ar Paulo João Cury. O CGA será responsável por toda a logística da Força Aérea em São Paulo.

Dia do Soldado no CMSE

O presidente da APAMAGIS, Oscild de Lima Junior, participou no dia 25 de agosto das festividades em comemoração ao Dia do Soldado a convite do Comandante Militar do Sudeste, General de Exército João Camilo Pires de Campos. O coronel Antonio Augusto Neves, diretor adjunto de Segurança, também prestigiou o evento. Na oportunidade, os desembargadores Paulo Dimas de Bellis Mascaretti e Manoel de Queiroz Pereira Calças, respectivamente, presidente e corregedor geral do TJSP, os desembargadores Marco Antonio Marques da Silva, José Damião Pinheiro Machado Cogan, Edison Aparecido Brandão, Marco Antônio Pinheiro Machado Cogan e Hamilton Elliot, entre outras autoridades, foram agraciados com Medalhas do Exército e do Pacificador.



APAMAGIS, APMP e AJUFESP

O presidente Oscild de Lima Junior reuniu-se no dia 4 de setembro com o presidente da Associação Paulista do Ministério Público, José Oswaldo Molineiro, e com o presidente da Associação dos Juizes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul, Bruno César Lorencini. Em pauta, interesses comuns das associações e um alinhamento de conduta em relação aos próximos passos na defesa das prerrogativas das categorias.

Presidente recebe representantes de associações em almoço

Um almoço na sede administrativa no dia 28 de agosto esquadrihou a reunião da qual fariam parte os presidentes de tribunais bem como de associações estaduais em prol da defesa das prerrogativas da magistratura, no mesmo dia, no Palácio da Justiça. No momento em que almoçava ao lado de diversos representantes da magistratura, o presidente Oscild de Lima Junior foi enfático a respeito da importância da reunião que ocorreria no TJ no período da tarde. “A iniciativa é inédita e o trabalho deve ser coordenado de forma a gerar resultados eficazes”, destacou. Participaram do almoço o presidente da ANAMATRA, Guilherme Guimarães Feliciano; o presidente da AJUFE, Roberto Carvalho Veloso; o presidente da AMATRA-15, Marcelo Bueno Pallone, o presidente da AMATRA-2, Fábio Ribeiro da Rocha; o presidente da AJUFESP, Bruno César Lorencini; o presidente da AMAJME, Paulo Adib Casseb; o presidente do COLEPRECOR, James Magno Araujo Farias; e o diretor da AMATRA 15, Ronaldo Oliveira Siandela.



IPAM promove peça teatral sobre o abuso sexual de crianças e jovens

Um espetáculo construído com intensa musicalidade e sensorialidade para tratar de forma poética e teatral um assunto bastante sério: o abuso sexual de crianças e adolescentes. A peça “Marcas da Infância”, apresentada pela Cia. NarrAr de Teatro para estudantes do Ensino Fundamental de escolas públicas, caracterizou-se por teatralizar histórias a partir de pesquisas e entrevistas. A iniciativa foi uma realização do Instituto Paulista de Magistrados com apoio da APAMAGIS. Com o slogan “Eu tenho voz”, o IPAM orienta o jovem a fazer uso dela em nome de sua defesa. “É preciso vencer o medo. O medo paralisa e só colabora para que as situações de violência e abuso se mantenham”, diz a presidente do IPAM, Hertha Helena Rollemberg Padilha de Oliveira. Também vice-presidente do IPAM, o presidente Oscild de Lima Junior acompanhou uma das apresentações da peça no dia 31 de julho. “A ludicidade percebida na maneira como a peça é apresentada é ponto fundamental para o melhor entendimento das crianças, principalmente”, destaca.



Presidente Oscild recebe presidente da OAB-SP, Marcos da Costa

O presidente Oscild de Lima Junior recebeu o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo, Marcos da Costa, na sede administrativa, no dia 24 de agosto, para tratar de assuntos de interesse de ambas as entidades, entre outros temas. Estavam presentes o vice-presidente da OAB, Fábio Romeu Canton Filho, a secretária geral adjunta, Gisele Fleury Charmillot Germano de Lemos, o tesoureiro, Ricardo Luiz de Toledo Santos Filho, e as conselheiras, Maria Sílvia Leite Silva de Lima e Maristela Basso; o presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo, Braz Martins Neto e o tesoureiro da CAASP, Jorge Eluf Neto. Ao lado do desembargador Oscild estavam a vice-presidente, Vanessa Ribeiro Mateus, o diretor secretário, Ademir Modesto de Souza e o diretor secretário adjunto, Thiago Elias Massad. Ao final da reunião, os presidentes destacaram a importância do diálogo entre as associações.

Prefeito de São Bernardo do Campo na APAMAGIS

O prefeito da cidade de São Bernardo do Campo, Orlando Morando, visitou a sede da APAMAGIS no dia 19 de setembro para participar de uma reunião com o presidente Oscild de Lima Junior. Assuntos gerais estiveram na pauta do encontro. Também estavam à mesa o presidente da Associação Paulista do Ministério Público, Oswaldo Molineiro, os procuradores de Justiça, Alfredo Coimbra e Edson Costa, e o secretário de Assuntos Jurídicos e Cidadania de São Bernardo do Campo, José Carlos Gobbi Pagliuca.

Tribunal de Ética da OAB

No dia 13 de setembro, os presidentes da APAMAGIS, Oscild de Lima Junior, e do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB, Fernando Calza de Salles Freire, discutiram temas de interesse de ambas as entidades durante encontro que ocorreu na sede administrativa. Também participaram a vice-presidente Vanessa Ribeiro Mateus e a conselheira da OAB Maria Sílvia Leite Silva de Lima.



Presidente Oscild recebe presidentes da CNSP e Assetj

No dia 24 de agosto, o presidente da APAMAGIS, Oscild de Lima Junior, recebeu o presidente da Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP), Antonio Tuccilio, o presidente da Associação dos Servidores do Tribunal de Justiça (Assetj) e o presidente do Conselho Deliberativo da Entidade, respectivamente, José Gozze e Júlio Bonafonte. Durante a reunião, que aconteceu na sede administrativa, foram destaques as reformas Política e da Previdência, bem como a Central Sindical dos Servidores Públicos do Brasil cuja principal missão é a de “garantir a importância dos servidores públicos no papel que representam na qualificação e excelência das atividades públicas desempenhadas pelo Estado”.



APAMAGIS e AFPESP

O presidente da APAMAGIS, Oscild de Lima Junior, reuniu-se com o presidente da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, Antonio Carlos Duarte Moreira, no dia 14 de agosto. Em pauta, a abordagem de temas que podem gerar eventuais parcerias em sintonia com os interesses de ambas as entidades. O encontro ocorreu na sede da AFPESP, centro de São Paulo.

Lançamento de Livro

Com a presença de magistrados e diversos membros da comunidade jurídica, ocorreu, em 28 de agosto, o lançamento do livro Refugiados, Imigrantes e Igualdade dos Povos – Estudos em Homenagem a António Guterres. A obra é editada pela Quartier Latin e um dos autores, o desembargador e professor Marco Antonio Marques da Silva, é associado da APAMAGIS. O lançamento também foi prestigiado pelo presidente da Entidade, Oscild de Lima Junior.



Presidente Oscild recebe diretor executivo do Instituto Baccarelli

O maestro Edilson Ventureli, diretor executivo do tradicional Instituto Baccarelli, foi recebido pelo presidente Oscild de Lima Junior, no dia 21 de agosto.

No encontro, que ocorreu na sede administrativa, Edilson Ventureli apresentou um pouco da história do Instituto com vistas e eventuais ações em conjunto com a Associação.

O Instituto nasceu no final dos anos 1990, após impacto que as imagens de um incêndio em Heliópolis provocaram no maestro Silvío Baccarelli. Foi naquele momento que ele resolveu oferecer aos jovens da comunidade um alento, uma esperança, na forma de música.



Círculo Militar de São Paulo

O presidente Oscild de Lima Junior reuniu-se no dia 11 de setembro com o vice-presidente do Círculo Militar de São Paulo, Brigadeiro-do-Ar Ivo de Almeida Prado Xavier, na sede administrativa. Também estava presente o delegado Marco Antonio Martins Ribeiro de Campos, assessor da presidência. Temas de interesse comum estiveram em pauta.



43ª edição do Congresso Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF

Com a presença de diversos membros da comunidade jurídica foi promovida mais uma edição do Congresso Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal no dia 11 de setembro, em São Paulo. O presidente da APAMAGIS, Oscild de Lima Junior, participou do debate.



SP-PrevCom é tema de reunião

O presidente Oscild de Lima Junior e os diretores adjuntos de Secretaria e Jurídico, respectivamente, Thiago Elias Massad e José Fabiano Camboim de Lima, receberam, em 7 de agosto, um grupo de juizes para discutir sobre a Previdência Complementar (SP-PrevCom). O regime de tributação - progressivo ou regressivo - foi o tema central da reunião. "A maioria dos colegas que se encontra nessa situação tem menos de dois anos de carreira e já tem pela frente sensível questão de cunho institucional a ser enfrentada, ou seja, o apoio da APAMAGIS é fundamental nesse momento", afirma o diretor Thiago Massad.

"O Departamento Jurídico está analisando a viabilidade de ajustamento de ação coletiva para assegurar aos associados prejudicados a possibilidade de escolha do regime de tributação que lhes for mais conveniente", garante o diretor Fabiano Camboim.

Alteração dos valores da CCH

Em Assembleia realizada no dia 23 de agosto, na sede administrativa da APAMAGIS, a Caixa de Assistência Complementar Médica e Hospitalar dos Magistrados estabeleceu que o valor das contribuições fica mantido em R\$ 50,00; o do benefício será alterado para R\$25.000,00, com vigência a partir de outubro e poderá ser requerido no prazo de um ano após o evento.

Reforma da Previdência

Nos dias 7 e 21 de agosto, o presidente Oscild de Lima Junior reuniu-se com o deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) para debater os principais pontos da proposta de reforma da Previdência. A APAMAGIS e outras entidades representativas posicionaram-se contra a reforma apresentada pelo governo. Em razão disso, o assunto vem sendo amplamente discutido em reuniões periódicas. Além da APAMAGIS, participam dos encontros representantes da AMB, do TJSP e de entidades do serviço público.

Novo valor no Colégio Recursal

No mês de agosto, o Tribunal de Justiça de São Paulo passou a pagar o valor de R\$ 100,00 aos magistrados que atuam no Colégio Recursal. O reajuste foi pleiteado pela APAMAGIS no início de 2017, tendo em vista que há dois anos o valor pago aos magistrados era de R\$ 85,00. "Tal providência apenas corrigiria perdas inflacionárias", destacou o ofício enviado ao presidente do Tribunal, Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, em 11 de janeiro.



Posse no TJSP

Com a presença de membros dos Três Poderes e da comunidade jurídica, o advogado Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior tomou posse no dia 28 de agosto como novo desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo. Ele foi escolhido por meio de lista tríplice e agora ocupa vaga aberta pela aposentadoria do desembargador José Reynaldo Peixoto de Souza. A vaga é reservada ao Quinto Constitucional - classe advogado. O presidente Oscild de Lima Junior foi representado pela diretora adjunta de assuntos legislativos da Entidade, Flávia Poyares Miranda.

Na ocasião, Costa Wagner, que integrava o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo desde 2016, recebeu o Colar do Mérito Judiciário, prestou compromisso solene e assinou o termo de posse. O orador em nome do TJSP foi o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), Mário Devienne Ferraz. Ele falou sobre a admiração que sente pelo mais novo integrante da Corte. Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior nasceu na capital paulista em novembro de 1972. Formou-se bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, turma de 1994. Depois de terminar o curso passou a exercer a advocacia, atuando em departamentos jurídicos de empresas, sindicatos e escritórios. É mestre em Direito Urbanístico e doutor em Direito Processual pela PUC-SP. Sua primeira experiência como magistrado aconteceu em 2012, quando passou a integrar o TRE-SP como juiz suplente, na classe jurista. Em 2015 se tornou juiz titular. Também tem destacada atuação como professor e é autor de inúmeros livros. "Como se vê pelo exame de seu expressivo currículo, fruto de intenso trabalho, dedicação e amor ao estudo do Direito, ostenta plenas condições morais e intelectuais de desempenhar as nobres e elevadas funções atribuídas aos desembargadores desta augusta Corte", declarou Devienne.

"É importante recordar à sociedade que o Judiciário é a última trincheira do cidadão de bem contra injustiças e abusos", afirmou Luiz Guilherme. "Não pouparei esforços para, dentro de minhas limitações, fazer o bem, ajudar o próximo e servir ao público."

O presidente do TJSP, Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, destacou que a chegada de Luiz Guilherme fortalece a instituição. "O juiz é um servidor público: um servidor da paz social, do bem e da Justiça", ressaltou.

Futuro da magistratura em discussão

Em iniciativa inédita, presidentes de tribunais e associações reuniram-se em 29 de agosto para defender as prerrogativas da magistratura paulista e nacional, bem como a independência do Judiciário. No encontro, que durou cerca de cinco horas, os magistrados discutiram sobre a necessidade de união nas esferas estadual, federal, do trabalho e eleitoral, com o intuito de uniformizar os discursos e linha de atuação, diante das tentativas de desgaste da imagem dos juízes e desembargadores perante a população, usando como mote o salário dos magistrados, em uma tentativa clara de represália à atuação do Judiciário no combate à corrupção.

Na ocasião, o presidente do TJSP, Paulo Dîmas Mascaretti, informou que, por meio de nota pública, esclareceu a exata natureza das verbas paga aos magistrados, em obediência ao teto constitucional. Os representantes da magistratura ma-

nifestaram preocupação em relação à PEC 281/16, que trata sobre o extrateto, definindo como metas reuniões periódicas, aproximação com as bancadas federais, audiências com a presidente e os ministros do STF e a criação de pautas positivas. Os debates foram retomados com a presença de parlamentares paulistas. Estiveram presentes na reunião a senadora Marta Suplicy (PMDB/SP); os deputados federais Antonio Goulart dos Reis (PSD/SP), Herculano Passos (PSD/SP), Jefferson Campos (PSD/SP) e Orlando Silva (PCdoB/SP).

O presidente da APAMAGIS, Oscild de Lima Junior, presidiu a reunião em virtude do impedimento do presidente do TJSP, que presidia outra solenidade. Na ocasião, o presidente Oscild informou que a nota pública divulgada pelo TJSP sobre os salários contava com apoio da APAMAGIS.



Avanço da violência no país foi o tema central do FONAJUC

Centenas de magistrados estaduais, federais e operadores do Direito participaram, de 10 a 12 de agosto, do 1º Fórum Nacional de Juízes Criminais em Santa Catarina (FONAJUC), iniciativa da Escola Nacional da Magistratura com apoio da AMB, da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e da APAMAGIS. O tema central do evento foi o avanço da violência no país e, durante três dias, os participantes discutiram formas de combatê-la, por meio da troca de conhecimentos, da disseminação de boas práticas e acompanhamento de propostas legislativas, além de implementação de políticas públicas da área criminal no Brasil.

Ao final do terceiro dia, os magistrados divulgaram a Carta de Florianópolis, que torna o evento permanente no calendário anual, mais 27 enunciados e três Moções, que estão publicadas na íntegra no site da APAMAGIS na matéria sobre o evento.

Dentre os tópicos dos enunciados, a situação caótica do sistema prisional também gerou preocupação entre os juízes, que ainda discutiram temas como prioridade no sistema de videoconferência para a oitiva de testemunhas e réus presos, assim como audiência de custódia por videoconferência, parcerias para viabilizar a remissão de pena pela leitura e pelo estudo, uso de tornozeleiras eletrônicas, dentre outros pontos.

O ministro do STJ e corregedor nacional de Justiça, José Otávio de Noronha, palestrou na abertura. Em seguida, o presidente do TJSC, Torres Marques, defendeu maior integração entre os poderes, afirmando que o Estado precisa se organizar melhor para combater o avanço do crime.

Por fim, a juíza Jussara Schittler dos Santos, vice-presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses, destacou a troca de experiências entre os juízes como fundamental no atual momento.

A Voz da Magistratura

A indicação de juízes de carreira para o STF se faz necessária para diminuir a possibilidade de nomeação de pessoas mais preocupadas com seus interesses pessoais e ideológicos do que com os reais interesses nacionais e institucionais. O juiz de carreira, por natureza, está distante de interesses político-partidários e traz consigo a experiência judicante, esta fundamental para não se curvar às inúmeras pressões decorrentes do cargo de Ministro.

Caio César Ginez Almeida Bueno
Juiz

Pela primeira vez, são julgados crimes de agentes públicos e privados de alto escalão. Tal processo histórico resulta de novas leis aprovadas em meados dos anos 1990, reconhecendo-se o potencial lesivo de crimes como a lavagem de dinheiro. A Magistratura torna-se foco das atenções por seus julgamentos e pela reação de grupos tidos como imunes à jurisdição, com ataques pessoais aos Magistrados, até pela falta de argumentos quanto aos fatos. O Poder Judiciário deve sustentar seus membros, pois ataques a quem julga e não ao julgamento são um indicativo de fragilidade das instituições.

Paulo Rogerio Bonini
Diretor adjunto do Departamento de Vencimentos

Não há razão jurídica ou política para se manter apenas para o STF a livre escolha absoluta dos seus membros pelo Presidente da República, sendo salutar que, a exemplo dos demais tribunais superiores, haja uma delimitação constitucional prévia, o que não importa em supressão da prerrogativa do Executivo. E a divisão ideal tem de prestigiar a ocupação da maioria das cadeiras por Juízes de carreira, pois não basta conhecimento jurídico, há que se ter experiência no ato de julgar. Assim, penso que o ideal seria que das 11 cadeiras, no mínimo cinco fossem destinadas a juízes de carreira, destinando-se três para a Advocacia e três para o Ministério Público.

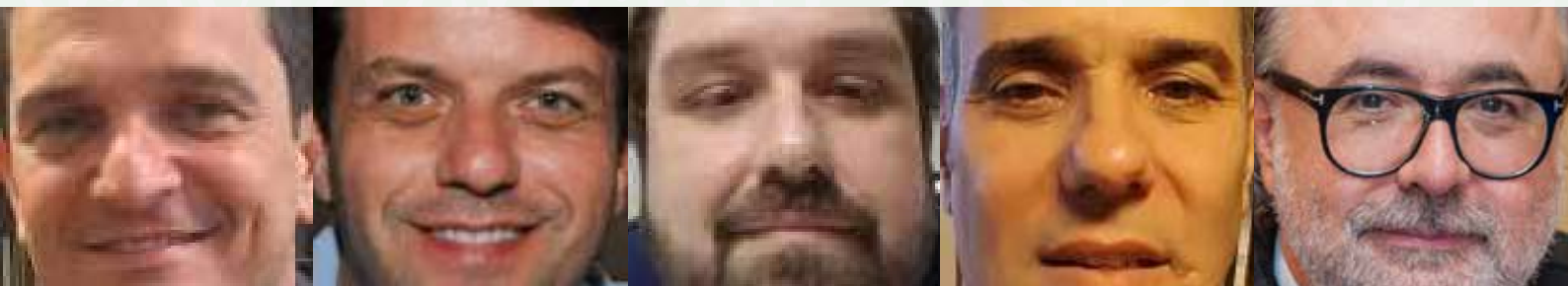
Cristiano de Castro Jarreta Coelho
Diretor da Colônia de Ibirá

Vivemos tempos conturbados. Presenciamos uma luta do novo, baseado em princípios éticos, e do status quo. Infelizmente, em verdadeira campanha de desinformação, tentam passar que a magistratura encontra-se no segundo grupo. Necessária não só a união, mas forte atuação das entidades representativas. Expor que alteração, com combate à praga da corrupção, passa pelo Judiciário e, por isso, o grande interesse em desacreditá-lo como forma de restringir sua atuação.

Lauro Mens de Mello
Juiz

Em tempos de 'Lava Jato', muito se fala sobre combater a corrupção, mal arraigado na sociedade brasileira, com consequências nefastas para todos. Aqui, o Poder Judiciário deve atentar para a imensa responsabilidade que pesa sobre seus ombros: aliar o rigor da lei à garantia dos direitos dos investigados, ainda assustados com a democratização do banco dos réus e que não poupam esforços e valores para se livrar das consequências de seus atos ilícitos. Somente a total e radical intolerância à corrupção terá o poder de alterar a situação em que vivemos. A Magistratura não pode perder esse momento da história.

Maristela Tavares de Oliveira Farias
Juíza



As regras procedimentais têm sido o cerne, em nosso ponto de vista, de grande parte da dificuldade de imprimir maior celeridade às questões colocadas a julgamento neste país. São dispositivos inadequados a nossa realidade social e que na prática impedem que a Justiça funcione de maneira satisfatória. Aproveitar a implantação e a efetividade das audiências de custódia para reduzir demandas, proporcionando opções de acordos judiciais nesta etapa, ou ainda, encurtar fases do procedimento, que poderia se iniciar a partir desta audiência, são pequenas providências que tornariam mais eficiente à prestação jurisdicional no âmbito criminal.

Laércio José Mendes Ferreira Filho
Diretor do Departamento de Esportes

A APAMAGIS começou como um movimento de solidariedade.

Valores comuns, interesses legítimos e elevado grau de civismo guiaram as várias gerações de magistrados para a Associação.

Incentive colegas e pensionistas a se unirem a esse movimento. Essa união é que nos faz ter força para não recuarmos e seguirmos adiante com nossos ideais.

Domingos de Siqueira Frascino
Coordenador

Hoje tudo se sabe. A velocidade e o alcance da informação contribuíram para fortalecer os agentes do Estado encarregados do combate à corrupção. Se chegamos ao estágio atual foi porque o processo histórico permitiu. Agora o cenário apresenta outro panorama. Há um novo modo de pensar o direito e aplicar a lei. Inegável a mudança de paradigma a partir de uma nova perspectiva empregada para a apuração dos ilícitos. O Judiciário assumiu papel de destaque como protagonista do significativo avanço institucional nos últimos tempos, especialmente para o controle da ilegalidade e improbidade no trato da coisa pública.

José Maria Câmara Júnior
Diretor adjunto do Departamento de Centro de Estudos

Acredito que a forma de composição do STF deve ser alterada, acabando com indicações políticas, com o escopo de prestigiar a magistratura e aproveitar a experiência dos juízes de carreira, os quais ao longo dela enfrentaram grandes questões jurídicas, além do contato direto com as partes, o que apura a sensibilidade e a função social do direito.

Cassio Pereira Brisola
Diretor adjunto do Departamento de Vencimentos

O novo CPP e o Juiz de Garantia.

Trata-se de figura até então inexistente no sistema processual. Ao que parece, o tema ainda não foi definido como deveria, pois a criação do Juiz de garantia implica necessariamente na criação de dois juízes para o processo penal (inquérito/ação), com exceção dos processos regidos pela Lei 9099/95. De início, teremos problemas nas comarcas de vara única, pois nestas há apenas um Magistrado, sendo assim, seria a regra utilizada apenas para comarcas maiores? Caso fosse assim, estaríamos utilizando o novo CPP apenas para uma parte do Estado. Outra hipótese seria o Juiz da comarca vizinha ser o Juiz de garantias e o titular da vara única o Juiz do processo? Então, o Juiz de garantia da comarca vizinha seria os dois ao mesmo tempo? Pois passaria a ser Juiz de garantia e Juiz do processo em sua vara? Vale ressaltar que o próprio artigo 15, § 2º, autoriza o Juiz do processo a reexaminar a necessidade das medidas cautelares em curso, mostrando, assim, a desnecessidade de dois Magistrados.

Por fim, diversas questões ainda surgirão tais como a audiência de custódia em que já se analisa parte do disposto no artigo 14 do projeto do novo CPP.

Marcelo Bonavolonta
Juiz



Agenda positiva

Magistrados se reúnem em Atibaia para discutir rumos da APAMAGIS

Com o objetivo de dar transparência e garantir uma gestão compartilhada e cada vez mais participativa, a Diretoria Executiva da APAMAGIS realizou, entre os dias 15 e 17 de setembro, o tradicional e segundo encontro da Magistratura no ano de 2017. O evento, que reuniu dezenas de magistrados e familiares, aconteceu no Bourbon Atibaia Convention & Spa Resort. Dentre os temas prioritários, foram discutidos subsídios, CCH, fundo de pecúlio, colônias de férias, convênio médico, representação em Brasília, defesa de prerrogativas e da imagem da magistratura paulista junto à imprensa, entre outros.

O presidente e a vice-presidente, Oscild de Lima Junior e Vanessa Ribeiro Mateus, os diretores secretários, Ademir Modesto de Souza (titular) e Thiago Elias Massad (adjunto), e o conselheiro Fernando F. Bartoletti compuseram a mesa de trabalhos da reunião que aconteceu na tarde do sábado (16).

Durante a abertura, o presidente Oscild justificou a ausência do presidente do Conselho Consultivo, Orientador e Fiscal, Renzo Leonardi, e falou da importância da participação dos associados em eventos como esse para fortalecer a união da categoria. O presidente também fez uma breve explanação sobre as atividades da APAMAGIS nos últimos meses.

Em seguida, a vice-presidente Vanessa fez um balanço positivo da si-

tuação financeira da APAMAGIS e pontuou alguns aspectos da administração. “Congelamos investimento nos dois primeiros anos de gestão para organizar as finanças e essa medida deu certo. Conseguimos fechar o exercício financeiro do ano passado e atrasado com uma sobra de caixa considerável e não será diferente em 2017. Esse ano, arrecadamos exatamente o que tínhamos previsto. É uma observação importante porque não temos reajuste salarial há três anos, portanto, não podemos aumentar a contribuição associativa, mas conseguimos atender nossa previsão orçamentária compensando por meio do novo plano de saúde e do número recorde de associados”, explicou.

A magistrada também afirmou que o empréstimo feito junto ao Centro Cirúrgico Hospitalar em 2010 será quitado ainda esse ano, assim como todas as outras dívidas da APAMAGIS, e informou que na última assembleia realizada pelo CCH ficou estabelecido que não haverá aumento da contribuição, mas sim do reembolso que passará de R\$ 15 mil para R\$ 25 mil.

Em relação às colônias de férias, a juíza Vanessa Mateus informou que, apesar de ainda não ser o cenário esperado, já houve melhoras. “Assim que assumimos a administração da APAMAGIS, a empresa PWC nos apresentou algumas propostas de solução para as colônias, aplicamos o que foi possível; com isso,

temos conseguido reduzir ano após ano os deficits. Entretanto, as colônias precisam de manutenção. Mas é importante ressaltar que a única forma de melhoria seria a ocupação superior a 40% dos associados”, destacou.

O presidente Oscild explicou que todas as propostas de utilização da colônia do Guarujá foram estudadas, mas que nenhuma gerou um projeto definitivo porque sempre resulta em custos para a Associação.

Vanessa Mateus também falou sobre o fundo de pecúlio, que não conta mais com fila de espera, e mencionou o número recorde de associados que em agosto chegou a 3.145, lembrando que em 2017 não houve concurso de ingresso na magistratura. “Continuamos de olhos bem atentos à situação financeira da Associação. A Diretoria Executiva acompanha diariamente e com muito rigor toda a movimentação da Entidade”, ressaltou.

Em sua explanação, o presidente Oscild informou que os últimos pagamentos já provisionados da sede social foram adiantados. A medida, segundo o magistrado, gerou uma economia de cerca de R\$ 200 mil para a Entidade. “Provavelmente até o mês de outubro a documentação da sede, inclusive a escritura, estará em dia”, afirmou.

A respeito do novo convênio médico oferecido pela APAMAGIS - Lincx One Health e Unimed Fesp - o presidente



destacou que houve migração de quase totalidade dos associados ao convênio do qual a Associação é estipulante. “Para nós é uma satisfação constatar que nossos associados receberam bem esta nova opção. É o reflexo do empenho de nosso trabalho e a confiança do associado”, afirmou.

ATUAÇÃO

Sobre a questão remuneratória, o desembargador Oscild disse que a Diretoria está acompanhando o assunto de perto, inclusive com reuniões em Brasília. “A APAMAGIS, bem como as outras associações regionais, está atenta a toda movimentação no Congresso a respeito dos subsídios. Esta é, sem dúvida nenhuma, uma retaliação contra a atuação do Poder Judiciário”, destacou. “Estamos pagando por um crime que não cometemos. A magistratura paulista não recebe penduricalhos e, por isso, não mediremos esforços para preservar os direitos da magistratura paulista.”

A respeito do recálculo dos subsídios, o presidente afirmou que ainda não há previsão de pagamento, todavia lembrou que o Órgão Especial já determinou que as diferenças fossem corrigidas. Na ocasião, o conselheiro Fernando Bartoletti explicou que “o Tribunal de Justiça já fez o recálculo para todos os magistrados. É um valor significativo, quase a metade do orçamento de despesa de pessoal total do Tribunal. Além disso, foi inserido na proposta orçamentária de 2018 o valor da primeira conta que foi feita de forma singela”, afirmou. O conselheiro também justificou a ausência do presidente do TJSP, Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, que não compareceu em razão de compromisso anteriormente assumido pelo Tribunal.

A reforma do restaurante da sede administrativa e a realização de cursos no exterior, assim como a atuação dos Departamento de Comunicação, Prerrogativas e Jurídico também constaram na pauta de trabalhos. “Os ataques ao Judiciário e aos magistrados na mídia são diários, por isso temos dado atenção aos casos mais agudos. Recentemente, publicamos em uma semana três notas oficiais em defesa de juizes associados, conseguimos minimizar os efeitos colaterais,



cumprindo assim a missão institucional da Associação que é defender o associado”, destacou o presidente.

O diretor secretário adjunto, Thiago Massad, lembrou que a Associação, em especial os Departamentos de Imprensa, Prerrogativas e Jurídico está à disposição de todos os associados. “Procuramos atender a todos os colegas que nos procuram e temos conseguido resultados bastante satisfatórios, mesmo diante de situações e contextos delicados. Por isso, é importante lembrar que buscamos oferecer assistência global, isto é, quando o associado precisa de assistência jurídica ou apoio técnico com assuntos relacionados à imprensa, deve entrar em contato conosco o quanto antes para que possamos tomar as medidas necessárias. Então, tão logo ocorra o ato que possa implicar em violação da prerrogativa de um magistrado no exercício de suas funções, a APAMAGIS passa a ser a voz dos colegas, motivo pelo qual deve ser imediatamente comunicada para dar o apoio e suporte necessário”, ressaltou.

Antes de encerrar, o presidente enfatizou que tem procurado atender a todos os segmentos da Associação, inclusive com a criação de duas novas coordenadorias da APAMAGIS, que representará os juizes auxiliares, e com a promoção de encontros dos aposentados e pensionistas. “Tenho acompanhado os encontros semanais dos aposentados e agora quero promover encontros periódicos para as pensionistas. Em suma, estamos procurando dar guarida para os colegas do interior e da capital, pensionistas e aposentados, porque precisamos estar unidos nesse momento difícil para nós”, finalizou.

REPERCUSSÃO

Flávio Fenóglho Guimarães – Coordenador – A reunião foi muito produtiva.

Recebemos informações que normalmente não são divulgadas tendo em vista a dificuldade de colocá-las nas redes sociais, mas essas informações nos deixaram muito esperançosos. Sabemos que a APAMAGIS está trabalhando e desenvolvendo um trabalho grande no Congresso Nacional apesar de todas as dificuldades.

José Roberto Lopes Fernandes – Coordenador – O encontro estava maravilhoso. Foi uma oportunidade de rever amigos de outras regiões do estado, confraternizar, estar bem próximo à família e ainda participar de uma reunião de trabalho, com atualização sobre temas relevantes e atuais da magistratura.

Francisco José Aguirre Menin – Desembargador Aposentado – A reunião foi excelente, bastante esclarecedora, com o doutor Oscild e a doutora Vanessa, com as intervenções de Thiago Massad e Fernando Bartoletti. A parte social está magnífica, o hotel é espetacular, então estou contente.

Ernani Desco Filho – Coordenador – O evento foi maravilhoso. Hotel muito bom e a reunião bastante esclarecedora. Foram tratados vários assuntos pendentes e nossas dúvidas, da Comarca, foram esclarecidas.

Maria Helena Ferraz Sampaio – Pensionista – Achei o encontro ótimo. Tomara que ocorram cada vez mais encontros como esse. É muito agradável poder encontrar os amigos e passar horas agradáveis ao lado deles. Vale muito a pena.

Irene Bueno da Silveira – Pensionista – O evento é muito importante para nós pensionistas porque nos atualizamos de todos os acontecimentos de Brasília e de São Paulo. A APAMAGIS é muito atuante. É como um esteio para nós. Esses encontros são muito produtivos.

Retratos da História

Nesta edição especial, celebramos a 250ª publicação do guardião e detentor de toda a trajetória da APAMAGIS

Em abril de 1986, a APAMAGIS lançava o APAMAGIS Urgente, publicação supervisionada pelo então presidente Odyr Porto, cujo principal objetivo era ser um veículo de comunicação e uma forma de conagração entre os integrantes da magistratura paulista. Dois anos depois, em março de 1988, na gestão do presidente Regis Fernandes de Oliveira e sob direção do desembargador Aclibes Burgarelli, o jornal ganhou nova roupagem e passou a se chamar Tribuna da Magistratura. Dessa vez, sua missão “era apresentar-se também aos ministros, secretários, deputados, vereadores e muita gente importante para que todos soubessem o que é a magistratura paulista”, afirmava o primeiro editorial do periódico. A primeira matéria do periódico que perduraria por mais 249 edições intitulava-se: “Vitória do Judiciário: caiu a tentativa de controle externo”.

A partir daquele momento, o jornal Tribuna da Magistratura ganhou destaque na Associação. O fluxo de informações fortaleceu os processos comunicativos entre Diretoria e associados e, desta forma, conferiu mais credibilidade às ações em curso lideradas por seus gestores. O

Tribuna da Magistratura passou a ser um porto mais do que seguro a respeito das demandas de juízes, desembargadores e demais integrantes desta verdadeira família ocupada em solucionar conflitos.

Ao longo dos anos, o jornal passou por diversas reformulações em seu layout, sempre respeitando, obviamente, sua linha editorial estabelecida pelos presidentes, diretores de imprensa e conselho editorial.

Ao atingir sua edição de número 250, o jornal Tribuna da Magistratura carrega consigo o pilar de bem informar o associado sem deixar de acompanhar

a evolução tecnológica que provoca novas formas de obtenção de informações. Sua evolução em termos de conteúdo e layout nos salta mais aos olhos se, em momento de festa de aniversário, ocuparmos nosso tempo para apagarmos a luz e apreciarmos uma breve retrospectiva de tão importante e tradicional publicação. Antes chamado de APAMAGIS Urgente, o jornal tinha como carro-chefe temas em discussão na época. Naquele período, a própria estrutura informativa da publicação podia ser relacionada a um espaço de luta por direitos que assim permanece até hoje.



Oscild de Lima Junior
presidente

O jornal Tribuna da Magistratura é a solidificação do compromisso da APAMAGIS estar sintonizada com seu associado. É o veículo de comunicação da Entidade com seu público e, por essa razão, visa a oferecer informações pertinentes ao seu dia a dia profissional, pessoal e institucional; este último aspecto no que diz respeito à importância deste associado para nossa Entidade. Nesse sentido, priorizamos tratar, na publicação, de temas de real interesse para a Magistratura bem como aqueles que colocuem em destaque o verdadeiro valor do magistrado. Ao expor opiniões sobre assuntos muitas vezes polêmicos, pontuamos nosso compromisso com a magistratura e não nos afastamos de nossas responsabilidades institucionais. Nessa esteira, é fundamental que o cotidiano da Associação seja de conhecimento de nosso público, em nome do compromisso de sermos transparentes em relação às diversas questões relacionadas à Entidade.



Régis Fernandes de Oliveira
1988/1989

O mundo, hoje, vive através da comunicação. Esta nunca foi tão importante como agora para inserir as pessoas no mundo. Outrora, tambores, depois, epístolas, jornais, telefones e celulares. Na medida em que o mundo avança cresce a necessidade de as pessoas saberem o que se passa. Os magistrados vivem em pontos isolados do território. Em São Paulo, muitas vezes o juiz não tem ciência da defesa de seus interesses corporativos e profissionais. É o “Tribuna” quem lhe dá isso. Por ele, fica sabendo do andamento de projetos de seus interesses, dos possíveis aumentos, de falecimentos e nascimentos de colegas e filhos. Atualiza-se com a jurisprudência e lê doutrina selecionada. Isso o insere no mundo. Tem informações dos colegas. Fica sabendo das coisas. Com certeza, o conhecimento o faz cidadão de primeiro mundo. Ademais, a APAMAGIS tem a obrigação de manter o juiz ciente de suas realizações e conquistas. É, hoje, o “Tribuna” instrumento essencial no trabalho e na vida do magistrado.



O Tribuna da Magistratura surgiu da necessidade de estabelecer uma interação entre a Diretoria da APAMAGIS e seus associados. Naquela época, não havia a facilidade de acesso à informação. Assim, durante muito tempo foi o meio de comunicação dos magistrados e público externo de todos os acontecimentos relevantes. Com o tempo, foi se adaptando e, no seu formato atual, representa meio de prestação de contas, divulgação de fatos do interesse da classe e, a par disso, também transmite e revela anseios e preocupações da Magistratura. É a verdadeira caixa de ressonância. E, é este seu desafio permanente. Parabéns, Tribuna, pelo que fez e faz pela Instituição!

Os Magistrados Paulistas conhecem a gênese nobre, modesta e pragmática da nossa querida APAMAGIS. Ela surgiu da imensa solidariedade que o falecimento de um colega despertou, uma vez que não foram localizados os familiares dele e, cotizando-se, vinte e nove magistrados do TJSP, liderados pelos juízes Manoel Thomaz Carvalhal, Arlindo Pereira e Pedro Barbosa Pereira, aos 19 de fevereiro de 1953, providenciaram o seu enterro. Esses precursores não poderiam naquele episódio vislumbrar a dimensão da contribuição que dariam à magistratura paulista. Contudo, como diria o médico e conferencista santista Roberto Shinyashiki, “tudo o que um sonho precisa para ser realizado é alguém que acredite que ele possa ser realizado”. E os Magistrados atuais, assim como os de antanho, creem e continuam a depositar as suas esperanças nesta invulgar Associação.

De tal modo que, semente forte lançada em terra fértil, a APAMAGIS cresceu, fortaleceu-se e se diversificou em finalidades. Uma delas, abraçada faz bastante tempo, é manter o Magistrado bandeirante informado no tocante à evolução legislativa e doutrinária, passando pelos aspectos sociais desta augusta entidade e culminando na análise das atualidades peculiares do País

que tangenciam os interesses sociais e corporativos da Magistratura.

Este Insigne escopo informativo se dá, centralmente, por meio do Tribuna da Magistratura. De im-



Renzo Leonardi
2002/2003

portância ímpar, presentemente ostenta a 250ª edição, alcançando tiragem elevada e penetração em todos os rincões de São Paulo; quiçá, além no território nacional. A cuidadosa elaboração da pauta e de seu conteúdo conta com corpo editorial devotado, com colaboradores os mais variados de qualidade destacada e com a participação abnegada dos próprios Magistrados e de importantes personalidades do mundo jurídico. Trata-se, sem dúvida, de publicação sempre aguardada nos lares da família judiciária.

Conquanto o avançar tecnológico tenha propiciado inúmeros e mais abrangentes veículos de transmissão de informações, o jornal impresso corporifica um poderoso e prazeroso meio de comunicação. Por mais sofisticados que os pródigos da eletrônica sejam, nada suplantou o indescritível deleite da leitura no papel, o velho “preto no branco”, com os seus característicos aroma e praticidade, podendo ainda ser lido sem a dependência de energia elétrica ou a frustração do esgotamento da carga de uma bateria.

Desejo a todos os Magistrados e familiares interessados nos importantes assuntos desenvolvidos a seguir uma excelente leitura. Vida longa ao Tribuna da Magistratura; vida longa à APAMAGIS.



Artur Marques da Silva Filho
2000/2001

Entre os meios de divulgação da APAMAGIS, mensalmente há o “Tribuna da Magistratura”. Neste informativo, que já existe, praticamente, desde o início da Associação, tem-se procurado dar conhecimento sobre os acontecimentos principais da Magistratura Paulista. Tornou-se um apanhado geral sobre todos os fatos que vão se delineando, levando importantes informações de nossa classe, envolvendo eventos não só de São Paulo como de todo o Brasil. Traz esse informativo, também, colaboração de todos os colegas magistrados, dando conhecimento de matérias importantes para nossa atividade jurídica e recreativa. Eu, que já milito na APAMAGIS há muitos anos, posso declarar que se trata o “Tribuna da Magistratura” de publicação da mais alta qualidade e que tem levado a todos conteúdo

de caráter social e associativo, fazendo com que haja uma integração entre os componentes, de tal sorte que a Diretoria usa desse meio para a orientação sobre o desenvolvimento dos trabalhos do TJSP e da instituição, ao mesmo tempo fazendo com que os associados da APAMAGIS sejam informados das reivindicações, direitos e, especialmente do movimento concernente às prerrogativas dos Magistrados na sua labuta diária. Portanto, a existência desse periódico é da mais alta importância, fazendo com que aqueles que se dedicam ao mesmo sejam dignos dos mais altos elogios, especialmente a Direção da APAMAGIS capitaneada pelo seu Presidente Oscild de Lima Junior, e demais componentes do Conselho Editorial, da Diretora de Comunicação e Imprensa Carolina Nabarro Munhoz Rossi e da jor-



Sebastião Luiz Amorim
2006/2007

nalista responsável Gizele Rochel Wanderoscki. Assim, cumprimento àqueles que se dedicam a divulgação das atividades da Associação através do “Tribuna da Magistratura” pelo excelente trabalho realizado, dando os parabéns pelos 29 anos de existência desse meio de suma relevância e que engrandece nossa APAMAGIS.



Henrique Nelson Calandra
2008/2009

O passar do tempo para um veículo de comunicação especialmente para o Tribuna da Magistratura, que pelas mãos abençoadas dos grandes jornalistas que estiveram à frente da publicação e pela coragem dos Presidentes da APAMAGIS e dos Diretores, que o usaram em defesa do Poder Judiciário e de nós Magistrados, deve ser comemorado. A coragem de dizer o que hoje parece simples já foi algo muito ousado. Deixo registrada minha homenagem a todos aqueles que um dia deixaram escrito o seu testemunho em prol de um dos Poderes do Estado Brasileiro, que ousaram quando muitos calaram.



Paulo Dimas de Bellis Mascaretti
2010/2011

O Tribuna da Magistratura é um importante veículo de comunicação e de prestação de contas das ações da nossa APAMAGIS. Nossa APAMAGIS, que, evidentemente, é o braço político da magistratura, órgão de destaque

em defesa da cidadania, como sempre colocamos ao tempo que passamos pela presidência. O Tribuna da Magistratura reflete a atividade institucional que APAMAGIS realiza e tem repercussão não só internamente, entre os associados, mas também externamente. A mensagem nele refletida deve mesmo ter projeção externa e mostrar toda a força do nosso Judiciário estadual e da nossa Entidade. É certo que, ao tempo em que presidi a APAMAGIS, sempre demos muita importância à área de comunicação e de imprensa e o Tribuna da Magistratura foi fundamental para essa atividade de comunicação. Ao longo do tempo, o jornal sofreu transformação no seu formato, no seu conteúdo, nas suas edições. No entan-

to, nunca perdeu a sua importância porque ele traz nosso Judiciário estadual não só em termos institucionais, mas também divulgando nossas atividades associativas internas e, inclusive, aquelas de caráter beneficente. Com grande satisfação, comemoramos a 250ª edição de nosso Tribuna da Magistratura. Ele já teve o formato de revista, de papel jornal e agora tem um formato mais enxuto e moderno. O importante é destacar que seu conteúdo e sua missão sempre deverão ser evidenciados e sempre deverá ser a ‘nossa tribuna’, seja qual for a gestão.





Roque Antonio Mesquita de Oliveira
2012/2013

Nos dias atuais, a comunicação se dá em tempo real, facilitando o entendimento entre as pessoas, prevenindo conflitos e solidificando amizades. Poder-se-ia então pensar que a comunicação em papel impresso seria perfeitamente dispensável diante das facilidades estabelecidas pela internet, ou seja, pelo mundo virtual. E nessa cadência chega o momento de refletir sobre qual seria a importância do “Tribuna da Magistratura” para a nossa querida APAMAGIS. É uma publicação indispensável para o excelente relacionamento entre

a nossa Associação, seus associados, amigos e colaboradores. Sucessora do antigo “APAMAGIS URGENTE” nasceu por sugestão do então Presidente Regis Fernandes de Oliveira, em cuja gestão a Associação procurou manter um contato mais objetivo com os associados, principalmente aqueles que estavam nas comarcas mais distantes no interior do nosso Estado e tinham dificuldade para conhecer em curto espaço de tempo aquilo que de mais relevante acontecia da Capital e que era de interesse de todos. Foi então criada a “Diretoria do Interior”, na qual tive a honra de ser o primeiro diretor e a partir daí ficou estabelecida uma comunicação mais eficaz, trazendo as novidades em benefício das carreiras, uma integração mais efetiva com o Tribunal de Justiça, permitindo que todos pudessem vivenciar com plena satisfação todos os acontecimentos de interesse dos associados. Encaminhado periodicamente para os endereços de cada um, o jornal serviu de ponte de comunicação e mesmo, confraternização, entre todos. Chegamos

ao século XXI e agora o “Tribuna” se apresenta moderno, com uma configuração muito bem elaborada, que permite a todos conhecer as realizações empreendidas pela Diretoria Executiva, pelo Conselho, enfim, por todos os segmentos que dia a dia procuram trazer o que de melhor pode ser oferecido àqueles que, de uma forma ou de outra, vivenciam o dia a dia da APAMAGIS. Mesmo com os recursos da mídia virtual, o jornal impresso em papel continua desempenhando uma função relevante, que deve continuar exercendo a sua finalidade, para satisfação dos associados, dos amigos e dos colaboradores, que, unidos, fazem uma Entidade cada vez mais forte, mais dinâmica e muito mais amiga. Parabéns para todos aqueles que, diariamente, trabalham para manter essa atividade tão importante!

O Tribuna da Magistratura é um marco na história da APAMAGIS. Eu já tive a honra de ser diretor de comunicação, oportunidade em que trabalhei diretamente com esse jornal, informativo que tem uma importância destacada na vida associativa, porque é por esse veículo que toda história da APAMAGIS tem sido contada por meio do registro das atividades da Entidade, bem como por um resumo mensal de todas as atividades da diretoria, além de noticiar eventos e as atividades em geral. Assim, ao longo das gestões, o Tribuna foi ganhando feições diferentes, mas o importante é que ele tem hoje, não só pela magistratura de São Paulo mas também para magistratura brasileira, um significado muito grande porque a APAMAGIS, por ser a maior associação estadual de magistrados - mais de três mil associados - ocupa um lugar de destaque na magistratura nacional. Houve época em que o TM veiculava cadernos de doutrina dos mais famosos doutrinadores do país; os mesmos eram distribuídos para a magistratura nacional.



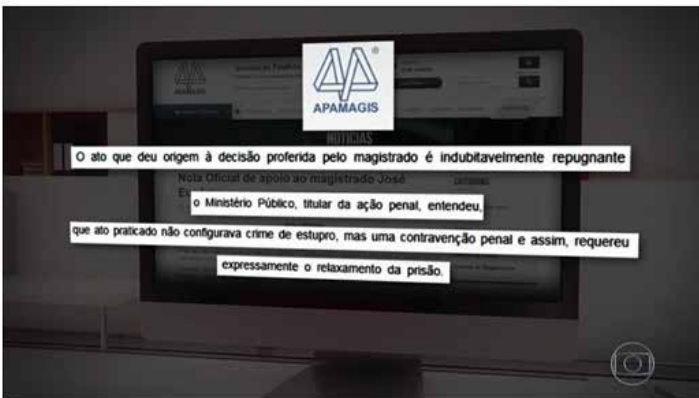
Jayme Martins de Oliveira Neto
2014/2016

Eles eram destaque naquela época. Inclusive, a Folha de S. Paulo também divulgava semanalmente seus cadernos e foi o caderno de Doutrina da Folha que inspirou a divulgação dos mesmos no Tribuna da Magistratura. Esses cadernos de capas duras, produzidos ao longo de dois anos, viabilizaram a interação entre a APAMAGIS e as demais associações. Então, o Tribuna da Magistratura além de ser um arquivo importante de memória de tudo que a magistratura paulista já fez, é também um veículo de comunicação de aproximação da APAMAGIS com os seus associados.



Defesa da Magistratura

Preservar a imagem e credibilidade do Judiciário



A Associação Paulista de Magistrados divulgou nesta sexta-feira (1ª) uma nota em defesa do juiz, que foi atacado em redes sociais. O texto diz que o ato foi repugnante. Mas esclarece que o Ministério Público, que é o órgão acusador, entendeu que não configurava crime de estupro, mas uma contravenção penal e assim, requereu expressamente o relaxamento da prisão.

Em dois meses, a APAMAGIS elaborou oito notas aos mais variados veículos de imprensa de expressão nacional para mitigar a tentativa de agravo institucional à figura do Juiz. Vale ressaltar, contudo, que a APAMAGIS defende a liberdade de imprensa em sua plenitude, mas não fica inerte diante de violação de direitos de magistrados e da magistratura.

Assim, manifestou-se no tema concessão de férias dos juízes e outras ausências previstas em legislação e normas internas de órgãos do Judiciário, assuntos que, no entanto, foram noticiadas com enfoque distorcido, causando um desserviço na prestação de informações à população.

Também se posicionou pontualmente em pautas sobre “a pena como meio intimidativo” por parte dos juízes; ilações sobre dias de férias fracionados com suposta geração de custo extra aos cofres públicos; além da falácia de que juiz recebe mais que ministro do Supremo Tribunal Federal.

Vale ressaltar também que os Departamentos Jurídico e de Prerrogativas da Associação atuam na defesa de interesses dos associados, acompanhando todos os assuntos pertinentes à magistratura nos tribunais de todas as instâncias, assim como no Conselho Nacional de Justiça.



Não raras vezes, a APAMAGIS foi provocada ao longo desses meses a se posicionar com firmeza em defesa intransigente das prerrogativas da magistratura. Momento em que, coincidentemente, o Judiciário vem rompendo com o histórico cultural de impunidade deste País e tornou-se pauta prioritária na imprensa e, por isso, foco de ataques por parte de indivíduos com interesses escusos. Assim, quando a Associação se manifesta, ela não se posiciona apenas em defesa do magistrado, mas do próprio Judiciário.



O JUIZ E O DEMOCRÁTICO DEVER DE JULGAR SOB O AMPARO DA LEI

O título acima está, de certo modo, inserido na nota à imprensa que a APAMAGIS enviou aos veículos de comunicação na época em que o magistrado José Eugênio do Amaral Souza Neto decidiu, em audiência de custódia, pela soltura do ajudante de serviços gerais Diego Ferreira de Novais, acusado de ejacular em uma passageira dentro de um ônibus.

No comunicado, cuja divulgação foi primordial, tais os inúmeros ataques não apenas à decisão do magistrado, mas também a sua honra, a Entidade não deixa de tratar o ato praticado pelo indivíduo como repugnante, mas cumpre seu papel político de esclarecer a opinião pública e defender a Magistratura.

Em que pese o compreensivo e natural estranhamento em relação à sentença, em virtude do descompasso da legislação, passou a ser função de nosso Departamento de Imprensa, formado por jornalistas, exercer a precípua função social e profissional de informar, se não diretamente à população, àqueles que têm os instrumentos para tal, isto é, os meios de comunicação.

Confira a nota:

A APAMAGIS – Associação Paulista de Magistrados vem a público externar seu integral apoio ao magistrado José Eugênio do Amaral Souza Neto, atacado de maneira vil e covarde na imprensa e em redes sociais.

O ato que deu origem à decisão proferida pelo magistrado é indubitavelmente repugnante e causa asco em qualquer pessoa minimamente civilizada. Por isso, ninguém – menos ainda o magistrado – minimizou a gravidade da conduta do autor.

Entretanto, para que se estabeleça a verdade dos fatos, o Ministério Público, titular da ação penal, entendeu, segundo a sua interpretação técnico-jurídica, que ato praticado não configurava crime de estupro, mas uma contravenção penal e assim, requereu expressamente o relaxamento da prisão. Noutras palavras, o órgão acusador pleiteou a liberdade, acolhida pela Justiça, sendo necessária, portanto, a soltura do acusado.

Cabe ressaltar que numa democracia não é dado ao Juiz o direito de julgar sem amparo das leis, sob o risco de se perderem direitos e conquistas tão duramente alcançados pela sociedade brasileira.

No presente caso, há evidente descompasso entre a lei vigente e a realidade, sendo, portanto, necessário levar a discussão ao Congresso Nacional. A APAMAGIS empreenderá todos os esforços para levar ao parlamento a necessidade de alterações legislativas que corrijam essa e outras falhas tão graves no ordenamento jurídico.

Entretanto, não é possível assistir inerte o linchamento moral a que foi submetido o magistrado, por pessoas sem nenhum compromisso com a verdade dos fatos e que insuflaram parcela expressiva da população, agredindo injustamente um Juiz que dignifica a toga. Por isso, a APAMAGIS adotará todas as medidas cabíveis para que os danos provocados sejam reparados e atuará fidamente na defesa intransigente da independência jurisdicional, garantia primeira das sociedades civilizadas.

São Paulo, 1º de setembro de 2017.



RETOMANDO A SENSATEZ

Assim que a decisão de soltura foi proferida em audiência de custódia, começaram a pipocar ataques à pessoa do magistrado. Primeiro uma atriz de novela deturpou os fatos, colocando no mesmo patamar o agressor e o Juiz. Termos chulos, ofensivos. Seguiu-se uma legião de desinformação, com ofensas e ameaças à integridade física do Magistrado.

Ninguém se preocupava em ler a lei, a decisão atacada ou os pedidos da Polícia e do Ministério Público... De repente, todas as pessoas se tornaram especialistas em Direito Penal. Pior, invadiram a privacidade do Juiz, tomaram-lhe a imagem, degradando-a com montagens asquerosas, repugnantes, numa espécie de vingança, como se isso pudesse apagar as ações nojentas praticadas pelo agressor, destacadas com clareza pela decisão de soltura, que frisou o quão repugnante e grave foi o ato praticado. Ninguém parecia se preocupar com a vítima e com as indefensáveis brechas na Lei.

Quando o movimento tomava conta das redações de imprensa, a APAMAGIS divulgou sua nota, clamando pela retomada da sensatez, explicando os detalhes que permeavam o caso e destacando a necessidade urgente de modificação da Lei Penal.

Muito trabalho da Diretoria e da equipe de comunicação e, vagarosamente, houve a retomada da consciência, com o foco sendo ajustado para a solução dos problemas.

Veículos importantes como UOL, CBN, Jovem Pan, Veja, IstoÉ e tantos outros deram espaço ao debate, destacando a nota da APAMAGIS. O principal canal de notícias, a Globo News, divulgou a nota quase uma dezena de vezes.

Ainda no dia 1º de setembro, sexta-feira, o Jornal Nacional cobriu o caso e colocou no ar a nota da APAMAGIS, divulgando os principais trechos, extraídos do site da Entidade, por quase 20 segundos - uma eternidade quando se fala no principal telejornal da televisão brasileira.

INFORMAÇÃO EM NÚMEROS

Mídia	Números
Jornais Impressos	5
TV	6
Sites e Blogs	43
Total	54

Atuação em Brasília

No mês de agosto, a APAMAGIS, por meio de sua Diretoria, esteve no capital do país para fortalecer ainda mais o posicionamento da Entidade nos assuntos de interesse da categoria, em especial, no que se refere à remuneração de juízes e desembargadores.

No dia 8 de agosto, no encontro da Coordenadoria da Justiça Estadual, e na reunião do Conselho de Representantes, no dia 9 de agosto, ambos organizados pela AMB, participaram o presidente Oscild de Lima Junior, o diretor adjunto de Secretaria, Thiago Elias Massad, e a diretora adjunta de Pensionistas, Haydee Aparecida Mariz de Oliveira.

Na terceira reunião do Conselho de Representantes, presidido pelo dirigente da AMB, Jayme de Oliveira, foi feita uma exposição sobre a Resolução 219/2016, do Conselho Nacional de Justiça, que trata da equalização da força de trabalho entre primeiro e segundo grau pelos tribunais do País.

De acordo com o presidente Oscild, o conselheiro do CNJ, Carlos Eduardo Oliveira Dias, presente na reunião, abordou os principais aspectos da medida e como está a situação em cada estado. “O conselheiro enfatizou a importância da participação

das associações para que a Resolução seja efetivamente implementada em todo o Judiciário e nosso papel na construção das soluções junto aos tribunais”, destacou.

O PL 8045/2010 que trata do novo Código de Processo Penal (CPP) e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 187/2012, sobre as eleições diretas nos tribunais, também estiveram na pauta do encontro.

Na oportunidade, o diretor Thiago Massad destacou a importância dos tópicos discutidos na reunião. “Estamos sempre atentos aos temas relevantes para a defesa das prerrogativas dos magistrados e, hoje, mais uma vez, discutimos ideias e alternativas para melhor nos posicionarmos acerca do encaminhamento de cada um deles”.

ENCONTRO NACIONAL

No dia 29, presidentes dos Tribunais de Justiça e das associações regionais de todo o país reuniram-se para tratar de assuntos de interesse da categoria em reunião promovida pela AMB. A APAMAGIS foi representada pela vice-presidente, Vanessa Ribeiro Mateus, e pela diretora do Departamento de Assuntos Legislativos, Ana Rita de Figueiredo Nery, que também se reuniram com parlamentares e ministros.

No encontro, constaram na pauta o Projeto de Lei 6726/16, que regulamenta o limite remuneratório dos servidores públicos (extrateto); o PL 8347/17, que prevê a alteração do Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil com a inclusão de dispositivo para tipificar penalmente a violação de direitos ou prerrogativas do advogado; a PEC 287/2016 Reforma da Previdência; o PLC 07/2016, que altera a Lei Maria da Penha; e o PL 7596/2017, que define os crimes de abuso de autoridade; entre outros.

A iniciativa de promover a reunião, segundo o presidente Jayme Martins de Oliveira Neto, teve por objetivo “unir forças para o enfrentamento das questões que afligem a magistratura. Nesse momento particular que a magistratura está vivenciando, a ideia foi tentar juntar os presidentes de tribunais e seus respectivos representantes de associações, pois esta união se faz importante. Precisamos trabalhar numa linha única de atuação, não em linhas paralelas, e tentar construir um projeto único nas causas que são de interesse geral”, disse.

A vice-presidente Vanessa Mateus elogiou a ação. “Para nós que presidimos as associações regionais é muito importante essa iniciativa da AMB de congregar não apenas as associações como os presidentes de TJs para podermos unificar o discurso. Os projetos que estão em andamento no Congresso atingem igualmente os magistrados de todos os estados e de todas as unidades do Poder Judiciário. Então essa ação para que entidades associativas e presidentes de tribunais definam estratégias de atuação, coordenada pela AMB, é muito importante, traz união entre os magistrados e demonstra ao Parlamento que a questão é absolutamen-





te institucional, uma preocupação do Judiciário como um todo e não de um ou outro estado da Federação.”

Após o encontro na AMB, os magistrados deram continuidade às discussões sobre os temas, em especial o extrateto, em reunião com a presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, e com os ministros José Antonio Dias Toffoli e Enrique Ricardo Lewandowski. Na ocasião, foram apresentados os pontos de preocupação comuns da categoria em relação aos subsídios, bem como a necessidade de união de toda a classe para garantir a independência do Judiciário.

REPRESENTANTES DE TRÊS

Em 30 de agosto, o presidente Oscild participou de uma reunião na sede da AMB com presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) e de associações regionais de magistrados, para discutir sobre o rezoneamento eleitoral e o Projeto de Lei (PL) 6726/2016, que regulamenta o limite remuneratório dos agentes públicos. Também constaram na pauta o projeto do abuso de autoridade e a criminalização das prerrogativas dos advogados.

No encontro, o presidente da AMB falou sobre a importância da união da categoria. “Precisamos estar integrados, termos consciência de que somos uma única instituição e de que precisamos trabalhar unidos. A AMB sabe da força que os senhores têm e isso pode nos ajudar muito no diálogo com o parlamento.

É fundamental o apoio dos presidentes dos TREs nesse momento em que a magistratura é alvo de ataques”, destacou.

O presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais (COPTREL) e do TRE-SP, Mário Devienne Ferraz, destacou a importância do encontro para a troca de informações. “O presidente Jayme de Oliveira nos colocou a par do andamento das medidas adotadas por força do rezoneamento determinado pelo TSE. Há uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ajuizada no Supremo Tribunal Federal (STF) e se aguarda que o ministro relator aprecie o pedido”, disse.

Ainda durante reunião na AMB, o presidente Oscild teve a oportunidade de fazer chegar ao conhecimento de todos os temas da reunião com presidentes de tribunais e associações estaduais realizada no dia 29 de agosto, no Tribunal de Justiça de São Paulo, com o objetivo de congregar esforços para de-

fender as prerrogativas da magistratura paulista e nacional, bem como a independência do Poder Judiciário. Oscild de Lima Junior destacou a necessidade de união das categorias em todas as esferas: estadual, federal, do trabalho e eleitoral, com o intuito de uniformizar os discursos, bem como a linha de atuação e defesa nos demais Poderes.

CONGRESSO NACIONAL

Em um período importante de votações no Congresso Nacional, o presidente da APAMAGIS, Oscild de Lima Junior, coordenou in loco o contato com deputados e senadores com a finalidade de esclarecer a posição da Entidade em torno de projetos de interesse da magistratura.

No início do semestre, aconteceu um proveitoso encontro com o líder do PSDB na Câmara dos Deputados, José Ricardo Trípoli, o qual disponibilizou o gabinete para a interlocução com a bancada do partido.



Herman Benjamin

APAMAGIS, AJUFESP e APMP homenageiam ministro

Um jantar em homenagem ao ministro Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça, celebrou sua destacada atuação no STJ e no Tribunal Superior Eleitoral. O evento, realizado na sede social da APAMAGIS, no dia 21 de setembro, foi organizado pela Entidade, pela Associação dos Juizes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul (Ajufesp) e pela Associação Paulista do Ministério Público (APMP).

Na abertura, diante de cerca de 120 pessoas da comunidade jurídica, o presidente Oscild de Lima Junior destacou a trajetória jurídica do ministro e a época em que trabalharam juntos. “Por 24 anos Herman Benjamin exerceu com exatidão e brilho as suas funções no Ministério Público de São Paulo, período em que tive o prazer de com ele trabalhar na 2ª Vara Criminal de Santo Amaro...”, lembrou. “Naquele tempo em que convivemos, tive a melhor impressão possível, diante da sua competência técnica e da urbanidade e educação que sempre demonstrou. A partir de 2006, nomeado ministro do STJ, passou a dignificar a magistratura com brilhantes votos e decisões, ajudando a construir importante jurisprudência sobre temas relevantes, em especial, na área do meio ambiente, onde passou a ser referência. Teve, também, papel destacado no TSE, proferindo voto que mais uma vez honrou o Poder Judiciário, com argumentos sólidos e baseados unicamente em provas substanciais”, afirmou, antes de encerrar com um agradecimento ao homenageado.

Em seu discurso, o presidente da Ajufesp, Bruno César Lorencini, ressaltou o ritmo de trabalho e a motivação do homenageado no período em que trabalhou com ele. “Fizemos mais de 60 audiências em três meses, viajamos por todo o país. É impossível pessoas serem assim, como o ministro é, sem



que elas sejam motivadas por um ideal, sem que elas atuem por algo maior. Eu sei que a sua motivação é lutar por um Brasil melhor. Nos momentos mais difíceis, quando pela terceira vez quis desistir daquele trabalho pela exaustão, continuei porque queria compartilhar um pouco desse ideal, dessa motivação para melhorar esse país. Por isso, hoje, tenho a honra de homenageá-lo em nome dos juizes federais”, destacou.

“Teve, também, papel destacado no TSE, proferindo voto que mais uma vez honrou o Poder Judiciário, com argumentos sólidos e baseados unicamente em provas substanciais”

Oscild de Lima Junior

Em nome do Ministério Público, o presidente da APMP, José Oswaldo Molineiro, destacou a atuação do ministro no TSE. “Ele fez uma atuação brilhante para toda a nação brasileira com demonstrações de civilidade, lisura, competência e transparência e, assim, deixou um legado a ser seguido. Benjamin, meu amigo, o Ministério Público deve muito a você!”, declarou. “Ministro, sintase homenageado não apenas pelos presentes, mas por todos os brasileiros que viram em você uma luz de esperança para uma nação que vive um período tão conturbado. Muito obrigado.”

Ao iniciar sua fala, o ministro Benjamin agradeceu às entidades pela homenagem, embora, de acordo com ele, tenha dificuldades em aceitar tais gestos; “se a homenagem decorre do meu trabalho estou certo que não mereço, pois sei que nada fiz e faço além do meu dever”, pontuou. Segundo ele, manifestações fruto da amizade se mostram desnecessárias porque os amigos se homenageiam no querer bem mesmo que à distância. “Se a solenidade está atrelada ao cargo, o merecimento é menor ainda porque o cargo não nos pertence, somos nós que pertencemos ao cargo.”

Refletiu, antes de concluir que apenas se sentia como um bom filho que retorna às boas casas e, por isso, considerava aquela uma ‘reunião de família’.

Durante o discurso, o ministro Herman Benjamin também lamentou a morte do desembargador Romeu Ricupero, que foi lembrado pelo ministro como símbolo “das muitas mãos conhecidas e anônimas que sempre me ampararam” e da jurista e professora, Ada Pelegrini: “Ada tinha capacidade enorme de trabalho e ajudou muito o país. Se há alguém que merece ter nome de rua, de praça e de estado é a Ada Pelegrini.”

A MAGISTRATURA E O MP COMO ESPAÇOS DE DECÊNCIA

O atual cenário político do país também foi destaque na explanação do homenageado. “O momento atual do país é diferente daquele que encontrei em 1982 quando cheguei a São Paulo. Havia esperança generalizada com a redemocratização. Hoje, ao contrário, o que mais se nota nas pessoas é um profundo sentimento de descrença nas instituições, de abandono e escassez de alternativas democráticas, o que é mais preocupante”, disse. Em seu discurso, Herman Benjamin chamou a atenção para a absoluta falência do sistema político eleitoral em que se elegem desconhecidos do povo por conta de coligações partidárias. “A esmagadora maioria dos partidos funciona como órgãos provisórios dos estados de modo a centralizar o real poder da cúpula nacional. Isso é gravíssimo,” criticou.

O tráfico de influência e a corrupção que permeiam todo o sistema também vieram à tona em seu discurs-

so. Para o ministro Herman Benjamin, “dificilmente se chega com uma mala de dinheiro para comprar o juiz ou o promotor, mas as atitudes chegam por meio de amenidades, por convites, por obséquios. O juiz e promotor são diferentes e têm que ser diferentes porque nós temos uma parcela enorme de responsabilidade no Estado, que não pode ser contaminada perante a opinião pública. A rigor, a Magistratura e o Ministério Público são espaços de decência na República do Brasil e qualquer ato de desvio por corrupção ou tráfico de influência é o fim do mundo, não sobra mais nada ao povo brasileiro”, ponderou, antes de finalizar com uma importante provocação: “o que mais esperam de nós juízes e promotores? O mais óbvio: que cumpramos nossa função.”

A MAGISTRATURA PAULISTA

Em meio a abraços e apertos de mãos dos presentes, o ministro Benjamin reservou um tempo para conversar com a reportagem do TM e homenagear a magistratura paulista: “Nós falamos de uma forma coloquial em escola de magistrados, não da magistratura, no sentido de que a jurisprudência de São Paulo representa não só muito de pioneirismo no Brasil, mas também de excelência”, exemplificou.

De acordo com o ministro, a magistratura paulista é a que mais valoriza os direitos previstos da Constituição, sobretudo a condição dos vulneráveis. “A meu juízo, já não é ser mais o maior Poder Judiciário, mas ser o melhor, não no sentido de concorrer com os outros estados, mas na perspectiva de avançar com a jurisprudência, com compromisso com sujeitos vulneráveis”.

Durante a homenagem, os presidentes Oscild de Lima, Bruno Lorenzini e José Molineiro, entregaram uma placa ao ministro.

Também participaram do evento a vice-presidente, Vanessa Ribeiro Mateus, os diretores secretários, Ademir Modesto de Souza (titular) e Thiago Elias Massad (adjunto), o diretor financeiro adjunto, Homero Maion; o ministro do STJ, Paulo Dias de Moura Ribeiro; o presidente e o vice-presidente do TJSP, Paulo Dimas de Bellis Mascaretti e Ademir de Carvalho Benedito, respectivamente, os presidentes das Seções de Direito Privado e Criminal do TJSP, respectivamente, Luiz Antonio de Godoy e Renato de Salles Abreu Filho; o vice-presidente do TRF da 3ª Região, Mairan Gonçalves Maia Junior; o diretor da Escola Paulista da Magistratura, Antonio Carlos Villen; o procurador geral de Justiça, Gianpaulo Poggio Smanio; o conselheiro do CNJ, Arnaldo Hossepian Lima Junior; o presidente em exercício do Tribunal Regional Eleitoral, Carlos Eduardo Cauduro Padin; o presidente da OAB/SP, Marcos da Costa, bem como o presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/SP, Fernando Calza de Salles Freire; o secretário da Segurança Pública, Magino Alves Barbosa Filho, entre outros.

O MINISTRO

Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin é um jurista, magistrado, ambientalista e professor universitário brasileiro, atual ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e corregedor geral da Justiça Eleitoral.



Órgão Especial conta com três novos integrantes

“**A** eleição do Órgão Especial é mais uma oportunidade que temos para discutir o aprimoramento do nosso Tribunal. Os candidatos apresentam suas ideias e o Judiciário paulista sai engrandecido”. Com essa afirmação, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, deu boas-vindas aos novos membros que assumiram três vagas no Órgão Especial da Corte destinadas à classe carreira.

Foram eleitos os desembargadores Antonio Celso Aguilar Cortez, com 168 votos; Alex Tadeu Monteiro Zilenovski, com 164 votos; e Luiz Fernando Salles Rossi, com 157 votos para o biênio 2017/2019. Também concorriam os desembargadores Edison Aparecido Brandão, que recebeu 137 votos, Elcio Trujillo, com 136 votos, Jovino de Sylos Neto, com 84 votos e Maria Lúcia de Castro Pizzotti Mendes, com 79 votos de seus pares. Dos 356 desembargadores, 333 votaram (93,5%). A votação ocorreu no dia 24 de agosto, por sistema online, acessível de qualquer computador ou dispositivo móvel. A tecnologia está em vigência há dois anos, com sistema exclusivo e desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TJSP.

TRAJETÓRIA DOS NOVOS MEMBROS

Antonio Celso Aguilar Cortez – Nasceu em 1950, na cidade de Casa Branca (SP). É bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, turma de 1973. Ingressou na Magistratura em 1982, como juiz substituto da 34ª Circunscrição Judiciária, com sede em Piracicaba. Nos anos seguintes, atuou nas comarcas de General Salgado, Mogi Guaçu, São Bernardo do Campo e na Capital. Foi promovido a juiz do 2º Tribunal de Alçada Civil em 2003. No ano de 2005 assumiu o cargo de desembargador do TJSP.

Alex Tadeu Monteiro Zilenovski – Nasceu em 1958 em Fernandópolis (SP) e é formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (turma de 1983). Foi oficial de justiça antes de ingressar na Magistratura, no ano de 1986, como juiz substituto da 2ª Circunscrição Judiciária, com sede em São Bernardo do Campo. Ao longo da carreira também trabalhou nas comarcas de Bilac, Guararema, Carapicuíba e São Paulo. É desembargador do TJSP desde 2012.

Luiz Fernando Salles Rossi – Nasceu na capital paulista e formou-se

em Direito pela Universidade Mackenzie, turma de 1979. Trabalhou como advogado antes de ingressar na Magistratura, no ano de 1984, como juiz substituto da 23ª Circunscrição Judiciária, com sede em Botucatu. Atuou também nas comarcas de Taubaté, Pitangueiras, Santa Izabel e São Paulo. Em 2003 assumiu o cargo de juiz substituto em 2º Grau e foi promovido a desembargador do TJSP em 2009. Esse é o segundo mandato do desembargador no Órgão Especial, que já havia sido eleito em agosto de 2015.

O ÓRGÃO

Composto por 25 desembargadores: o presidente da Corte, 12 mais antigos e 12 eleitos – estes ocupam a cadeira para um mandato de dois anos, sendo possível a candidatura à reeleição pelo mesmo período - o Órgão Especial tem atribuição administrativa e competência para processar e julgar autoridades, como governador, vice-governador, deputados estaduais, secretários de Estado, juízes estaduais e membros do Ministério Público, além de julgar processos contra atos do governador e da Assembleia Legislativa.

Um olhar social para a Lei Maria da Penha

Juiz destaca desejo da vítima em manter família intacta

Dados da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo conduzem nosso olhar à importância do trabalho de magistrados atuantes nesse setor. De acordo com a COMESP, havia, ao final de 2016, 49.444 processos em andamento no estado, número que saltou para 55.216 em junho de 2017. Em nível nacional, 212.501 novos processos de violência doméstica foram abertos em 2016, segundo o Conselho Nacional de Justiça.

Em relação ao número de audiências realizadas no estado, entre janeiro e junho deste ano, a média mensal de 1.340 em 2017 poderá superar a marca de 1.391 em 2016, em função do programa Semana Justiça Pela Paz em Casa - criado pela presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia - que, oficialmente, ocorre durante três meses ao longo do ano - março, agosto e novembro. Os números só serão computados após a finalização do programa.

Aos 11 anos, a Lei Maria da Penha (11340/2006) tem nuances que a diferenciam de outros processos. “Nos casos de violência doméstica, o problema não se resolve com a condenação, considerando que réu e vítima continuarão se relacionando porque geralmente são casais que possuem filhos. Isto não acontece em um processo por crime de roubo, por exemplo, em que réu e vítima provavelmente nunca mais terão contato. E a equipe multidisciplinar - exigência da Lei nº 11.340/06 - é essencial na individualização de cada caso concreto, e orientação das famílias”, pondera o juiz Titular da Vara da Região Leste II de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Caio Moscardiello Rodrigues.



Para o magistrado, o papel das redes sociais e da mídia, em geral, é fundamental para que a população tenha cada vez mais consciência sobre a importância da Lei. Desta forma, Caio Moscardiello destaca o quanto fundamental é o trabalho social nesse contexto. Para o magistrado, apenas a aplicação da lei, no entanto, não resolve o problema. “Trabalhos sociais são tão ou mais importantes do que as penas previstas em lei; as penas previstas para os delitos de ameaça e de lesão corporal são de detenção, em que haverá a concessão do “sursis” ou imposição de regime aberto. Sabemos que infelizmente a fiscalização do cumprimento de pena em regime aberto é mínima, o que gera uma sensação de impunidade. E, no mais das vezes, nem é o desejo da vítima que o agressor seja preso, apenas manter o relacionamento, porém sem agressões”, explica.

A observação do magistrado carrega uma reflexão que se origina de alguém que enxerga a realidade de

forma clara. “Em 2012, o STF entendeu que os crimes de lesões corporais de natureza leve seriam de ação penal pública incondicionada, ou seja, o Ministério Público deve denunciar o agressor independente da manifestação de vontade da vítima. No julgamento, foram mencionados casos de extrema gravidade, os quais, por isso mesmo, ganharam notoriedade. Ocorre que estes casos de violência extrema são excepcionais. Na grande maioria dos casos que chegam aqui na Vara, as lesões corporais são de natureza leve. E nesta hipótese, entendo que seria perfeitamente possível: primeiro, saber a vontade da vítima (como ocorre em qualquer crime de lesão corporal leve que não seja de violência doméstica); segundo, aplicar o instituto da suspensão condicional do processo”, sugere o juiz. Outro indicador de avanços obtidos com a Lei é o número de medidas protetivas; em 2016, foram 18.621. O número já ultrapassa a metade até junho de 2017: 10.558.

Por: Antonio Raphael Silva Salvador - diretor cultural

DO PROTESTO

Autor: : Carlos Henrique Abrão

Editora: Leud – Livraria e Editora

Vendo na televisão uma discussão sobre o protesto como medida garantidora do Direito, senti a necessidade de voltar ao excelente livro “Do Protesto”, de autoria do estimado colega Carlos Henrique Abrão, que trata cuidadosamente do protesto garantidor do Direito. Muito justo que o digno autor tenha dividido o seu livro em estudos da sustação, do cancelamento, da responsabilidade civil, do dano moral, do protesto falimentar e da jurisprudência sobre o assunto.

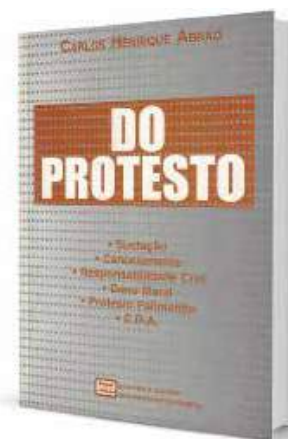
Com muita razão e procurando tornar mais fácil a consulta a esta obra valiosa, o autor trata inicialmente da validade e eficácia do protesto, na disciplina que temos no diploma normativo de nº 9492, de 10 de setembro de 1997. Examina ainda o culto autor as consequências práticas, os dissabores do indevido protesto, a existência de um consequente dano moral e a total responsabilização pelo uso indevido, no caso, do protesto feito.

Atribui o autor o uso indevido do protesto à modernização dos meios eletrônicos, na era da informática, enriquecida pela cibernética, na facilidade da busca rápida a um pretensão direito, sem conhecimento melhor do seu direito e do meio que vai usar para defendê-lo.

É um livro extremamente útil e que mostra como usar devidamente e com razão do protesto, não acompanhando o número imenso de títulos protestados que hoje vemos, sem o devido cuidado anterior, sem estudo da matéria, como se o protesto fosse igual a uma simples cobrança do que o portador entende devido.

Tem o livro nada menos do que 260 páginas, que o brilhante Professor e Juiz nos traz para entender quando realmente devido e possível o protesto, não sendo possível usá-lo como se fosse cobrança de um cheque ou de um título.

Com muita razão mostra o culto autor que o protesto é “ato formal, solene e revestido de pressupostos legais, objetivando caracterizar o descumprimento de uma determinada obrigação corporificada num título de crédito, ou docu-



mento de espécie outra, a simbolizar em sua feitura o próprio inadimplemento.

O livro é brilhante, muito esclarecedor das vantagens e dos perigos do uso do protesto, tudo em 12 pontos claramente expostos.

Não temos espaço para um melhor exame do livro, que nos causou bela impressão e melhor conhecimento da matéria aqui devidamente mostrada.

Recomendo a leitura e a posse dessa obra, para nossa garantia quando formos precisar de um protesto, ou precisar vencê-lo ou ao menos conhecer bem se é importante ou útil para a hipótese que temos.



DANOS MORAIS E À IMAGEM

Autor: Artur Martinho de Oliveira Júnior

Editora: Lex - Produtos Jurídicos

Já tivemos a oportunidade de examinar este livro, em sua 1ª edição, mostrando o seu valor, o seu brilhantismo e como devemos tê-lo sempre presente em nossa mesa de estudo, pois a tese que ele apresenta é muito importante, muito atual, cuidando dos danos à imagem e de todos os atos que possam configurar o dano moral. O advogado cansa de ser procurado por clientes querendo a punição de quem praticou contra o cliente esses danos morais ou então teremos o autor da ofensa e dos danos tentando se defender, ou negando a ofensa e o dano ou então afirmando que a sua atuação foi necessária e correta, ainda que com aparência de dano moral ou à imagem.

Nossa apreciação da primeira edição deste livro não está longe, o que demonstra o seu valor e a necessidade de tê-lo sempre em nossa mesa de trabalho. O autor é Juiz de Direito na Comarca de São Vicente, na 6ª. Vara Cível, que ele instalou em 1999, já tendo recebido o “Selo de Ouro”, de qualidade e eficiência, comenda tão desejada do nosso Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. É Mestre em Direito, sempre brilhante e respeitado no curso coordenado pelo Prof. Rizzatto Nunes. É um Juiz que goza de grande prestígio em sua comarca e em todo o nosso querido Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O livro é excelente, é completo, vindo agora com alguns acréscimos à primeira edição e eu, que tanto aprecio os belos livros de nossos colegas, afirmo com muita certeza que quem tem este livro não precisa procurar outros sobre o dano moral e à imagem. São 422 páginas úteis e examinadas com cuidado e devidamente apresentadas, desde os direitos da personalidade, os da integridade física e também os direitos à integridade moral. Estuda a ofensa a esses direitos e mostra quando permitem que sejam defendidos e afastados e quais as reparações cabíveis, inclusive a não pecuniária.

Cumprimento o autor, que sempre se revelou culto, inteligente, ser grande juiz e grande mestre do Direito.

APAMAGIS dá adeus à Ada Grinover



O auditório da APAMAGIS foi palco, no dia 1º de setembro, de expressiva homenagem à professora Ada Pellegrini Grinover, uma das mais respeitadas processualistas do País, que faleceu no mês de julho. À mesa estavam presentes o presidente da Entidade, Oscild de Lima Junior, o diretor financeiro Ricardo Scaff, a conselheira Valéria Lagrasta, o desembargador Kazue Watanabe, o ministro Sidnei Agostinho Beneti e o professor Flávio Luiz Yarshell. A coragem, a inteligência e a integridade da jurista foram lembradas por todos participantes da mesa, que, com carinho e admiração, contaram um pouco do que foi conviver com Grinover.

“A professora Ada era sempre incisiva em suas opiniões, ela expunha com muita clareza suas ideias e ideais, por isso foi sempre tão respeitada durante a sua vida”, disse o presidente Oscild. “Ada participou de todas as reformas processuais e contribuiu de tal forma que dificilmente outro processualista fará. A memória de Ada estará sempre com todos nós e nós continuaremos com as pesquisas que ele deu início”, afirmou.

Ao professor Yarshell coube recordar décadas de trabalho ao lado de Ada na faculdade de Direito da USP. Com a expressão: “me digas o que escreves que eu direi quem tu és”, o

professor discorreu sobre a dedicação da jurista à Universidade, da sua disposição em dar aulas até a aposentadoria compulsória e de seu currículo com centenas de obras das quais foi autora e organizadora.

O lado transgressor, no sentido de ser livre, da professora, também foi lembrado por Yarshell.

A conselheira da APAMAGIS, Valéria Lagrasta, que também participou da vida acadêmica e pessoal de Ada, deixou seu depoimento com voz embargada sobre as várias facetas da jurista. Lembrou-se de histórias de família, de viagens que fizeram juntas, de muitos trabalhos compartilhados e corrigidos pela professora durante a madrugada, além do papel da jurista nas pesquisas sobre meios alternativos de solução de controvérsias.

“Eu parablenizo a APAMAGIS por essa iniciativa e me sinto honrada em participar desta homenagem. Ada era forte, inteligente, elegante, divertida, espirituosa, curiosa, objetiva, dançarina de tango, poeta, ótima cozinheira e jogadora de poker; foi um privilégio conviver”, disse a magistrada.

Ao final do evento, o presidente Oscild conclamou a todos a uma salva de palmas para Ada Pellegrini Grinover. “Não nos resta dizer mais nada depois de tantos depoimentos qualificados”, declarou.



“Ada participou de todas as reformas processuais e contribuiu de tal forma que dificilmente outro processualista fará. A memória de Ada estará sempre com todos nós e nós continuaremos com as pesquisas que ele deu início”

Oscild de Lima Junior

Qualicorp
20
Vinte Anos



Água, luz e plano de saúde de qualidade: não dá para ficar sem.

Você sabe, ter plano de saúde nos dias de hoje é item de primeira necessidade: não dá para ficar sem.

Por isso, a Qualicorp e a APAMAGIS oferecem excelentes opções em condições imperdíveis para você, magistrado.

Planos a partir de

R\$ **218**¹



Não fique sem plano de saúde. Ligue agora.

0800 799 3003

www.qualicorp.com.br/anuncio



Bradesco Saúde: ANS nº 005711
SulAmérica: ANS nº 006246

Qualicorp
Adm. de Benefícios:
ANS nº 417173

¹R\$ 217,35 - Exato Adesão Trad. 16 F AHO QC COP (registro na ANS nº 476.942/16-2), da SulAmérica Saúde, faixa etária até 18 anos, com coparticipação e acomodação coletiva (tabela de julho/2017 - SP). Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência da operadora de saúde. Os preços e as redes estão sujeitos a alterações, por parte da operadora de saúde, respeitadas as disposições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Setembro/2017.

Siga a Qualicorp:





APAMAGIS no Alaska

Depois de dois anos de intensa preparação, em que foram auxiliados pelo jovem Guilherme Hungria Nalesso, proprietário da NossoVerde Turismo, de Itapetininga, os magistrados integrantes do Núcleo de Motociclismo da APAMAGIS realizaram um sonho: ir ao Alaska, a “última fronteira”, no comando de possantes motocicletas Harley-Davidson.

Participaram da epopeia os colegas Alexandre Levy Perrucci (Nathalia), Álvaro Torres Junior (Cássia), Antonio Mario de Castro Figliolia (Juliana), Arion Silva Guimarães (Maria Julia), Diniz Fernando Ferreira da Cruz, Elcio Trujillo, Fatima Cristina Ruppert Mazzo (Nery), Francisco José Aguirre Menin, Guilherme Ferreira da Cruz, José Aparício Coelho Prado Neto (Neusa), José Orestes de Souza Nery (Fatima), Leonardo Grecco (Maria Rita), Luiz Henrique Antico (Paula) e Maurício Garibe.

A viagem, com mais de 6.300 quilômetros, percorridos entre os dias 12 e 28 de julho de 2017, atravessou o Alaska e as províncias canadenses de Yukon,

Alberta e Colúmbia Britânica. A maior metrópole visitada foi Vancouver, com cerca de 2,5 milhões de habitantes. Já a menor localidade foi Chicken, no Alaska, com três prédios e sete habitantes.

Como já noticiado, a bandeira da APAMAGIS foi “fincada” pelos destemidos aventureiros, no Glaciar Mendenhall, em Juneau, capital do Alaska. Além disso, os viajores afixaram placa comemorativa da aventura, com o símbolo da APAMAGIS, na “Sign Post Forest”, localizada em Watson Lake, no Yukon, às margens da Alaska Highway.

A rodovia -- Alaska Highway -- conta com 2.500 quilômetros, integralmente percorridos, e foi construída, entre março e novembro de 1942 pelo Exército Americano, para incrementar a defesa da região durante a Segunda Guerra Mundial. O grupo de magistrados a percorreu no aniversário de 75 anos da estrada.

Durante todo o percurso, os viajantes foram agraciados com encontros com ursos, alces, uapitis, cabritos monteses, bi-

sões, além das deslumbrantes paisagens, com geleiras, lagos e rios cristalinos.

O moto-turismo é uma atividade que congrega e aproxima as pessoas. Prova disso é que o mesmo grupo de magistrados já se reúne para essas viagens desde 2011 e desenvolveram uma proveitosa amizade. Já percorreram a famosa Rota 66, a Lincoln Highway (de São Francisco a Nova Iorque), já fizeram um loop pela Flórida, e realizaram o mesmo trajeto de Peter Fonda e Dennis Hopper no consagrado filme “Sem Destino” (Easy Rider, 1969). Além disso, já participaram de encontros de Harleyros em Maringá, Curitiba, Florianópolis, Araçatuba e Punta del Este.

Os interessados em participar do grupo devem entrar em contato com os magistrados José Orestes de Souza Nery e José Aparício Coelho Prado Neto. É exigida a realização de curso de pilotagem de modo a certificar a qualidade técnica dos pilotos, tudo com vistas a propiciar maior aproveitamento dos passeios e garantir a segurança de todos.



ASSOCIADOS APAMAGIS E DEPENDENTES* TÊM VANTAGENS EXCLUSIVAS EM SEGUROS

A MDS, 3ª maior corretora de seguros do Brasil, oferece descontos de até 20% para associados e familiares. Aproveite essa oportunidade e receba atendimento personalizado na sede da APAMAGIS.



AUTOMÓVEL



FIANÇA
LOCATÍCIA



RESIDÊNCIA



EQUIPAMENTOS
PORTÁTEIS



VIDA



EMBARCAÇÕES

ENTRE EM CONTATO!

POSTO APAMAGIS

São Paulo - 11 3104 2933 | Demais Localidades - 0800 151955

CENTRAL MDS - 11 3169 8999

worksite.mdsinsure.com/apamagis | apamagis@mdsinsure.com



MDS

Global
Insurance & Risk
Consultants

*Coberturas, assistências e condições variam de acordo com a seguradora, o produto contratado e o perfil. Para mais informações, consulte as condições gerais do produto.

We
will be
there.